

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	77
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.312.328.578
Preferenciais	0
Total	2.312.328.578
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	10.199.984	10.050.771	9.845.000
1.01	Ativo Circulante	2.098.933	1.747.265	1.197.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	954.089	795.974	362.083
1.01.03	Contas a Receber	1.081.502	937.935	822.124
1.01.03.01	Clientes	961.240	861.142	804.273
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	120.262	76.793	17.851
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.341	3	98
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.757	10.707	10.032
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.244	2.646	3.382
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	3.382
1.02	Ativo Não Circulante	8.101.051	8.303.506	8.647.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.698	41.434	39.851
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	32.061	32.812	31.440
1.02.01.02.02	Depósitos judiciais	16.674	17.716	16.845
1.02.01.02.03	Depósitos vinculados	15.387	15.096	14.595
1.02.01.05	Estoques	5.548	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	67.089	8.622	8.411
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	66.730	8.622	8.411
1.02.01.10.04	Outros	359	0	0
1.02.03	Imobilizado	7.996.353	8.262.072	8.607.430

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	10.199.984	10.050.771	9.845.000
2.01	Passivo Circulante	1.057.655	802.676	413.247
2.01.02	Fornecedores	310.714	256.471	154.898
2.01.03	Obrigações Fiscais	637.790	469.657	167.611
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	637.790	469.657	167.611
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recolher	570.059	414.949	112.037
2.01.03.01.03	Tributos a recolher	67.731	54.708	55.574
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	78.438	45.828	59.811
2.01.04.02	Debêntures	78.438	45.828	59.811
2.01.05	Outras Obrigações	30.713	30.720	30.927
2.01.05.02	Outros	30.713	30.720	30.927
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.291	10.546	16.561
2.01.05.02.05	Folha de pagamento e encargos a pagar	24.422	20.174	14.366
2.02	Passivo Não Circulante	6.998.759	6.607.224	6.224.124
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.197.242	5.195.295	5.193.354
2.02.01.02	Debêntures	5.197.242	5.195.295	5.193.354
2.02.02	Outras Obrigações	869	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.702.347	1.319.032	923.212
2.02.04	Provisões	98.301	92.897	107.558
2.02.04.02	Outras Provisões	98.301	92.897	107.558
2.02.04.02.04	Provisões ambientais	32.636	31.543	29.849
2.02.04.02.05	Provisão com condicionantes ambientais	45.986	55.018	69.484
2.02.04.02.06	Provisão para contingências legais	4.258	6.336	8.225
2.02.04.02.07	Provisão para cruzamento de faixas	15.421	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.143.570	2.640.871	3.207.629
2.03.01	Capital Social Realizado	508.712	994.301	1.618.630
2.03.02	Reservas de Capital	1.192.463	1.360.199	1.360.199
2.03.04	Reservas de Lucros	442.395	286.371	228.800

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.671.168	4.406.215	4.040.892
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-823.532	-743.782	-788.797
3.03	Resultado Bruto	3.847.636	3.662.433	3.252.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	30.086	-78.081	-47.825
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.234	-54.588	-47.825
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-25	-23.493	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	101.345	0	0
3.04.04.01	Recuperação de Impostos	101.345	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.877.722	3.584.352	3.204.270
3.06	Resultado Financeiro	-107.387	-282.260	-376.399
3.06.01	Receitas Financeiras	62.768	67.324	56.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-170.155	-349.584	-432.812
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.770.335	3.302.092	2.827.871
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.242.351	-1.084.573	-894.363
3.08.01	Corrente	-859.037	-688.752	-492.181
3.08.02	Diferido	-383.314	-395.821	-402.182
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.527.984	2.217.519	1.933.508
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.527.984	2.217.519	1.933.508
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,09000	0,96000	0,84000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,09000	0,96000	0,84000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	2.527.984	2.217.519	1.933.508
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.527.984	2.217.519	1.933.508

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.485.752	3.682.023	3.311.217
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.529.126	3.420.395	3.198.593
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.527.984	2.217.519	1.933.508
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social e diferidos	383.314	395.821	402.182
6.01.01.04	Provisão para bônus, férias e 13º	18.503	16.755	15.959
6.01.01.07	Amortização de seguros	0	0	13.556
6.01.01.09	Despesa com juros sobre debentures e financiamentos	159.141	336.045	422.429
6.01.01.10	Depreciação e amortização	439.093	431.475	416.578
6.01.01.11	Perda com baixa de investimentos	25	23.493	-5.619
6.01.01.12	Outros	1.066	-713	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	651.725	646.501	538.476
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-100.098	-56.869	-10.533
6.01.02.04	Depósitos judiciais	0	0	-1.293
6.01.02.05	Fornecedores e outras contas a pagar	54.530	101.573	70.859
6.01.02.06	Tributos a recolher	871.889	688.049	500.008
6.01.02.07	Tributos a recuperar	-105.446	-116	22.482
6.01.02.08	Outras contas a receber	-43.469	-58.942	-14.757
6.01.02.09	Proventos e encargos a pagar	-14.255	-10.948	-10.135
6.01.02.10	Provisões ambientais	-9.032	-14.357	-18.155
6.01.02.11	Provisão para contingências legais	-2.394	-1.889	0
6.01.03	Outros	-695.099	-384.873	-425.852
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-703.927	-385.840	-412.707
6.01.03.02	Outros ativos	-8.556	-705	-12.042
6.01.03.03	Outros passivos	17.384	1.672	-1.103
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-173.399	-109.598	-74.836
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-173.399	-109.598	-74.836
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.154.238	-3.138.534	-3.069.289
6.03.01	Pagamento de financiamentos	0	0	-5.201.358
6.03.03	Captação de debêntures	0	0	5.191.489

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.04	Pagamento de juros de debêntures	-184.584	-348.079	-385.944
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-2.376.330	-2.166.126	-1.979.777
6.03.06	Redução de capital	-653.324	-624.329	-693.699
6.03.07	Empréstimo Bancário	60.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	158.115	433.891	167.092
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	795.974	362.083	194.991
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	954.089	795.974	362.083

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-485.589	-167.736	156.024	-2.527.984	0	-3.025.285
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-111.712	0	-111.712
5.04.08	Redução de Capital	-653.325	0	0	0	0	-653.325
5.04.09	Dividendos Pagos	0	0	-248.003	-2.012.245	0	-2.260.248
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	345.815	-345.815	0	0
5.04.11	Incorporação de Capital	167.736	-167.736	0	0	0	0
5.04.12	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	58.212	-58.212	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.527.984	0	2.527.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.527.984	0	2.527.984
5.07	Saldos Finais	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-624.329	0	57.571	-2.217.519	0	-2.784.277
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-174.478	0	-174.478
5.04.08	Redução de Capital	-624.329	0	0	0	0	-624.329
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	-190.432	-1.795.038	0	-1.985.470
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	248.003	-248.003	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.217.519	0	2.217.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.217.519	0	2.217.519
5.07	Saldos Finais	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.329	1.360.199	270.557	0	0	3.943.085
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.329	1.360.199	270.557	0	0	3.943.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-693.699	0	-41.757	-1.933.508	0	-2.668.964
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-233.900	0	-233.900
5.04.08	Redução de Capital	-693.699	0	0	0	0	-693.699
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	-232.189	-1.509.176	0	-1.741.365
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	190.432	-190.432	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.933.508	0	1.933.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.933.508	0	1.933.508
5.07	Saldos Finais	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	5.441.294	5.148.661	4.703.529
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.441.294	5.148.661	4.703.529
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-390.214	-392.995	-360.456
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-390.214	-392.995	-360.456
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.051.080	4.755.666	4.343.073
7.04	Retenções	-383.783	-340.046	-416.578
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-383.783	-340.046	-416.578
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.667.297	4.415.620	3.926.495
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	164.113	67.306	56.413
7.06.02	Receitas Financeiras	62.768	67.306	56.413
7.06.03	Outros	101.345	0	0
7.06.03.01	Recuperação de Pis e Cofins - Exclusão de ICMS da base de cálculo	48.618	0	0
7.06.03.02	Recuperação de Pis e Cofins - AVP	52.727	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.831.410	4.482.926	3.982.908
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.831.410	4.482.926	3.982.908
7.08.01	Pessoal	56.536	36.322	30.945
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.804	28.608	25.081
7.08.01.02	Benefícios	12.137	5.475	3.851
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.595	2.239	2.013
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.023.512	1.861.285	1.566.634
7.08.02.01	Federais	1.774.624	1.594.862	1.358.402
7.08.02.02	Estaduais	235.836	247.281	190.267
7.08.02.03	Municipais	13.052	19.142	17.965
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223.378	367.800	253.470
7.08.03.01	Juros	166.727	346.315	231.852
7.08.03.03	Outras	56.651	21.485	21.618
7.08.03.03.01	Patrocínios	20.365	13.929	8.030
7.08.03.03.02	Fornecedores – serviços não operacionais	41.817	19.869	13.563
7.08.03.03.03	Outras remunerações de capitais de terceiros	-5.531	-12.313	25

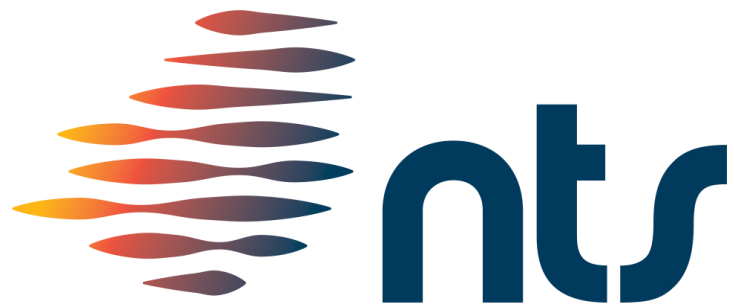
Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.527.984	2.217.519	1.933.508
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	111.712	174.478	233.900
7.08.04.02	Dividendos	2.012.246	1.795.038	1.699.608
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	404.026	248.003	0
7.08.05	Outros	0	0	198.351
7.08.05.01	Juros sobre empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	0	0	198.351

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

**NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. -
NTS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020





Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CONTEÚDO DO RELATÓRIO

- 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**
- 2. A NTS**
 - 2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA
- 3. GESTÃO EMPRESARIAL**
 - 3.1. NEGÓCIO
 - 3.2. OPERAÇÕES
 - 3.3. GESTÃO DE RISCOS
 - 3.4. GESTÃO DE PESSOAS
 - 3.5. SAÚDE, SEGURANÇA, E MEIO AMBIENTE
 - 3.6. RESPONSABILIDADE SOCIAL
 - 3.7. SUSTENTABILIDADE
- 4. ATIVOS DE TRANSPORTE**
 - 4.1. MALHA DE GASODUTOS DA NTS
 - 4.2. INVESTIMENTOS
- 5. CONTRATOS DE TRANSPORTE DE GÁS**
- 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
 - 6.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
 - 6.2. ENCARGOS SOBRE SERVIÇOS
 - 6.3. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
 - 6.4. LUCRO BRUTO
 - 6.5. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
 - 6.6. LUCRO OPERACIONAL
 - 6.7. RESULTADO FINANCEIRO
 - 6.8. RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS
 - 6.9. IRPJ E CSLL
 - 6.10. LUCRO LÍQUIDO
 - 6.11. EBITDA
 - 6.12. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL
- 7. OUTRAS INFORMAÇÕES**
 - 7.1 DEBÊNTURES E FINANCIAMENTOS
 - 7.2 POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
 - 7.3. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 - 7.4. EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2020



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi um ano de crescimento e conquistas para a NTS.

Considerando os aspectos regulatórios associados a atividade de transporte de gás natural, destacamos a votação do projeto de lei da Nova Lei do Gás (PL 6407/13) pelo Congresso Nacional em setembro de 2020, apreciado pelo Senado Federal em dezembro, e retornado ao Congresso. O setor espera que as discussões sejam brevemente retomadas em 2021 e que o resultado dessa mudança seja um mercado de transporte de gás mais dinâmico e competitivo.

No último trimestre, registramos nosso recorde de volume transportado em um único dia, com a marca de 55,6 milhões de m³ de gás. Encerramos 2020 com volume médio de gás natural entregue de 34,4 milhões de m³/dia.

É importante destacar que os resultados atingidos em 2020 foram suportados por consistentes planos de continuidade e gestão de crise, que foram acionados desde o início da instalação do estado de pandemia provocado pela COVID-19. Durante todo o período nossas atividades seguiram as recomendações e protocolos das autoridades sanitárias e de saúde. Adicionalmente, migramos as atividades corporativas para o teletrabalho.

Apesar do cenário de pandemia e restrições impostas, garantimos o transporte de gás natural, sem interrupções e com toda a segurança, dentro dos novos protocolos que se estabeleceram às nossas equipes para garantir a segurança operacional.

Nosso resultado financeiro ficou alinhado com o nosso plano de negócio, considerando as premissas macroeconômicas utilizadas, permitindo alcançar uma margem EBITDA de cerca de 91% e distribuição de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões aos acionistas, entre dividendos e juros sobre capital, além de redução e restituição de capital social de R\$ 653 milhões. O rating nacional de longo prazo foi reafirmado pela Fitch Ratings, ou seja, mantivemos a avaliação “AAA(bra)” com perspectiva estável, e todos os *covenants* relativos às debêntures foram cumpridos.

Os investimentos no ano totalizaram R\$ 182 milhões, correspondendo especialmente à aquisição da estação de compressão de Mantiqueira e projetos de integridade e segurança operacional. Outros projetos relevantes foram concluídos, como a entrega do novo Ponto de Recebimento de Guapimirim, o novo CCO (centro de controle operacional), a implantação do sistema SCADA e nossas bases de apoio operacional. Face aos novos investimentos e focados na otimização da estrutura de capital, captamos R\$ 60 milhões por meio de uma CCB (cédulas de crédito bancário).

Encerramos o exercício com 206 posições de trabalho ocupadas, o que representa a geração de 119 novas vagas diretas em 2020, principalmente voltadas à formação de nossos times técnicos e operacionais. Nosso corpo técnico foi 100% certificado, após concluir cursos de formação técnica, que totalizaram mais de 1.650 horas/aula.

A apuração da Taxa de Acidentes Registráveis para a NTS atingiu 1,90 por milhão de homens-hora ficando abaixo dos limites operacionais definidos. Reforçamos nosso compromisso em buscar zero acidentes.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Visando atenuar os impactos socioeconômicos gerados pela pandemia nas comunidades próximas das nossas operações, destinamos R\$ 6 milhões em doações para aquisição e ativação de mais de 80 leitos, equipamentos hospitalares e cestas básicas, destinadas para municípios localizados nos três estados onde a NTS opera (MG, SP e RJ). Outros R\$ 14 milhões foram destinados, por meio de leis de incentivo, especialmente relacionadas a cultura e esporte, beneficiando projetos sociais que atendem crianças, adolescentes e idosos. A NTS prioriza iniciativas nos municípios de baixo IDH localizados ao longo da faixa de operação dos nossos gasodutos.

Com referência ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da NTS elaboramos e revisamos os padrões conforme SGI.

Outros destaques importantes no trajeto da NTS em 2020 foram:

- consolidação do programa de gestão de crise;
- implementação dos requisitos legais relativos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- iniciativas voltadas à consolidação da cultura corporativa, diversidade e inclusão;
- participação na Rio Oil&Gas, incluindo o painel “Transporte dutoviário de gás natural” com participação e debate de diversos agentes do setor, bem como apresentação de 4 artigos;
- pelo segundo ano consecutivo reconhecida como melhor empresa do setor de transportes, pela edição “Maiores & Melhores” publicada pela revista EXAME, e pelo terceiro ano consecutivo reconhecida como a melhor empresa do setor de transportes e logística, pela edição “Valor 1000”, publicada pelo Valor Econômico.

Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, a dedicação e apoio dos membros da Diretoria, dos nossos gestores e de todas as equipes pelo trabalho e resiliência no ano de 2020. O compromisso de todos com os valores e a cultura da NTS são fundamentais para a consolidação de nossos resultados e para o sucesso de todos os projetos previstos para 2021.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

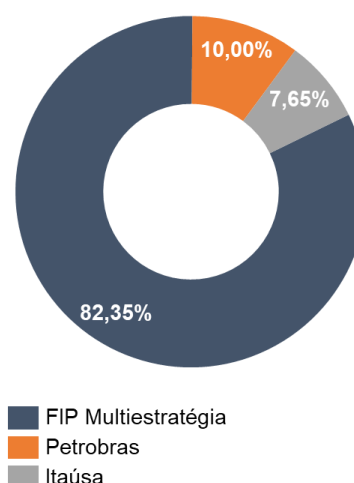
2. A NTS

A NTS (“Companhia”) transporta gás natural por meio de um sólido sistema de gasodutos, conectando a região mais industrializada do Brasil com segurança e confiabilidade, através de aproximadamente 2.050 quilômetros de gasodutos.

A capacidade de transporte dutoviário da NTS está 100% contratada pela Petrobras através de 5 (cinco) GTAs, regulados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os gasodutos da NTS ligam os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (responsáveis por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil) ao gasoduto Brasil-Bolívia, aos terminais de GNL e às plantas de processamento de gás.

A Companhia possui controle privado sendo que 82,35% de suas ações são detidas pela Nova Infraestrutura - FIP Multiestratégia, 7,65% pela Itaúsa S.A. e 10,0% pela Petrobras. Em março de 2020, a Petrobras deu início ao processo de desinvestimento na NTS e anunciou a venda de sua participação acionária minoritária de 10%.



2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A NTS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, conforme Estatuto Social. O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da NTS, com funções deliberativas, enquanto à Diretoria compete a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral. Há, ainda, na estrutura de governança corporativa da NTS o Conselho Fiscal, de caráter permanente, com as atribuições e deveres previstos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal, do Estatuto Social ou por determinação da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração da Companhia é composto de dez membros titulares e seus suplentes. Em Assembleia Geral extraordinária realizada em janeiro de 2020, a Petrobras indicou a eleição de dois conselheiros de administração enquadrados no conceito de conselheiros independentes, conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Todos os membros titulares e suplentes têm mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), em abril de 2021. A Diretoria Executiva Estatutária é composta por 2 membros, sendo um Diretor Presidente e de Operações e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, ambos reeleitos pelo Conselho de Administração em 2020, por prazo de gestão de três anos.

A auditoria externa independente, cuja contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, examina as demonstrações financeiras da Companhia após o fim de cada um dos três primeiros trimestres do exercício social em curso e nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social. Tais demonstrações são



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

aprovadas pelos acionistas da NTS em Assembleia Geral, com base em manifestação do Conselho de Administração e parecer elaborado pelo Conselho Fiscal. A cada cinco exercícios sociais consecutivos, a empresa contratada deve ser substituída para garantir isonomia, independência e transparência ao processo de auditoria.

Em 2020, os honorários de auditoria externa correspondente às revisões trimestrais conduzidas pelos auditores sobre as demonstrações intermediárias e anual da Companhia totalizaram R\$ 604 mil (R\$ 616 mil em 2019 para o mesmo escopo). Adicionalmente, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços à Companhia de fornecimento de comentários e/ou recomendações sobre o memorando de rateio de custos de pessoal definido pela Companhia com base na literatura contábil ou orientações regulamentares aplicáveis. Os honorários por esses serviços totalizaram R\$ 69 mil, equivalentes a 11% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. Não houve efeito na independência e objetividade do auditor em relação a esses serviços, considerando-se potenciais ameaças de independência inerentes a essa situação e as respectivas funções e responsabilidades da administração da NTS e do auditor na realização e prestação dos serviços. Os principais fatores considerados na análise foram:

- na realização desses serviços, o auditor atuou apenas em assessoria e não assumiu nenhuma responsabilidade da administração da NTS;
- a administração da NTS realizou todos os julgamentos e decisões, que são de responsabilidade apropriada da administração; realizou a supervisão dos serviços e avaliou a adequação dos resultados para fins do propósito da administração; bem como assumiu a responsabilidade pelas ações tomadas decorrentes dos resultados dos serviços;
- Na realização desses serviços, o auditor não: (i) tomou ou aprovou decisões de risco de negócios, (ii) apresentou considerações de risco de negócios ao Conselho ou a outros em nome da administração, ou (iii) projetou ou implementou controles internos de contabilidade ou gerenciamento de riscos da administração.

A NTS conta ainda com a estrutura de auditoria interna, responsável por avaliar de forma independente a eficácia de processos, normas e políticas, bem como questões de conduta e ética recebidas por meio do Canal Confidencial, de acordo com o Código de Conduta Ética Profissional da NTS. O reporte da auditoria interna é feito diretamente ao Conselho de Administração.

2.1.1. ÉTICA E INTEGRIDADE

Um dos comportamentos norteadores dentro da cultura da NTS trata sobre agir com integridade, transparência e com base na legalidade. A Companhia possui um programa permanente de *compliance*, apoiado por um Comitê de Ética e Integridade.

Dentre os instrumentos que apoiam a gestão da integridade corporativa estão o Código de Conduta Ética Profissional da NTS, a Política Antissuborno e Anticorrupção, a Política de Divulgação de Informações, a Política de Ambiente de Trabalho Positivo e o Canal Confidencial.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3. GESTÃO EMPRESARIAL

3.1. NEGÓCIO

A missão da NTS é assegurar o transporte seguro e sustentável de gás natural.

A conquista destes objetivos é alcançada através da observância das estruturas de governança, do atendimento às normas regulatórias e da aplicação de um modelo de gestão que prioriza:

- Segurança e integridade;
- Excelência operacional; e
- Disciplina na alocação de capital.

As atividades de operação e manutenção da malha são efetuadas com suporte técnico da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), que possui grande expertise na operação deste tipo de sistema e é contratada pela NTS para operar sua infraestrutura (inclusive unidades de compressão próprias da NTS), realizando a movimentação e entrega do gás natural.

3.2. OPERAÇÕES

A NTS diariamente realiza o acompanhamento e a certificação dos volumes movimentados na sua malha, proporcionando controle operacional e disponibilizando as informações rastreáveis e confiáveis, necessárias para o faturamento de cada um dos GTAs.

MANUTENÇÃO E INTEGRIDADE

Como citado, a TRANSPETRO é contratada pela NTS e planeja e executa - com supervisão e controle pela NTS - as atividades de manutenção nos gasodutos, pontos de entrega, estações de compressão e demais instalações da malha de gasodutos da NTS. As atividades de manutenção e inspeção são necessárias para garantir a confiabilidade, disponibilidade, integridade e segurança operacional da infraestrutura de transporte de gás natural, tomando por base as melhores tecnologias e práticas do mercado, assim como as normas nacionais e internacionais aplicadas à indústria dutoviária, estando em conformidade com a legislação vigente.

A gestão dessas atividades pela NTS é feita por meio de um conjunto de indicadores estruturados desenvolvidos para este fim e monitorados periodicamente em auditorias técnico-operacionais, reuniões periódicas e relatórios técnicos mensais, além dos contatos operacionais no dia a dia.

Desde 2017 mantemos um plano de auditoria regular dos ativos, cujo objetivo é verificar a adequação das atividades, instalações e controles da TRANSPETRO e demais prestadores de serviço na operação e manutenção dos ativos.

Em 2020, destacamos as seguintes iniciativas, além das atividades regulares de manutenção realizadas pela TRANSPETRO:

- a) realização de 50 escavações em dutos distintos, relativas ao plano de integridade;



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

b) conclusão do planejamento de longo prazo de manutenção da malha, baseado no diagnóstico das variações de classe de locação dos dutos decorrentes de adensamento populacional;

c) entrega do Centro de Controle Operacional (CCO), de 6 bases operacionais, além da conclusão do teste de aceitação do Sistema SCADA (sistema de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados). Todas estas iniciativas são um importante passo para habilitar a NTS a operar a malha de gasodutos de forma centralizada e em tempo real, através de sistema de telecomunicações e dos CCOs próprios.

MEDIÇÃO E QUALIDADE

A exatidão da medição de todos os volumes e da energia movimentados na malha de gasodutos da NTS é de grande importância para assegurar a confiabilidade do faturamento da NTS e de seus clientes. Para garantir o rigor nas medições, os sistemas de medição da NTS observam as determinações regulatórias e contratuais vigentes, bem como são realizadas calibrações periódicas, substituição de equipamentos por tecnologias modernas, treinamento e qualificação das equipes e a utilização de softwares de monitoramento de falhas e controle metrológico.

Em 2020, um dos artigos da NTS selecionado para apresentação na conferência Rio Oil & Gas foi o artigo intitulado “Sistema de alocação de gás: aplicações inovadoras para o novo mercado de gás de um sistema que identifica a rota do gás em uma rede de dutos”. O artigo apresenta o SAQGAS, algoritmo desenvolvido pela equipe NTS e que identifica a rota de gás em um sistema de gasodutos, ou seja, define a proporção de gás que atinge cada ponto de entrega oriunda de cada ponto de recebimento. A motivação original veio do atendimento aos requisitos fiscais que estabelecem taxas diferentes para cada origem e destino do gás, mas novos objetivos foram encontrados durante a implementação deste *software*. O artigo descreve o desenvolvimento do modelo matemático, os pré-requisitos para obter os resultados desejados, bem como outras aplicações usadas hoje: monitoramento de fluxo de gás ao longo do sistema de tubulação, cálculo de vazões intermediárias para comparação com medidores operacionais para detectar erros de medição, cálculo da energia associada ao volume de gás entregue usando informações apenas dos pontos de recebimento de cromatografia, cálculo da energia armazenada nos gasodutos e outras aplicações.

No último ano diversas ações foram executadas, em conjunto com o time de engenharia, para aumentar a disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos de medição, dentre elas: projetos de instalação de sistemas de *back-up* de energia nos pontos sujeitos a falha de abastecimento, substituição de medidores e computadores de vazão obsoletos, aquisição e instalação de cromatógrafos.

3.3. GESTÃO DE RISCOS

Desde 2018 a Companhia adotou o modelo de *Enterprise Risk Management* (ERM), baseado nos princípios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO 2017), para suporte ao processo de gestão de riscos corporativos, e subsequente ação de prevenção ou mitigação destes riscos.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Ao longo de 2019, o modelo de governança do ERM foi definido e em 2020 concluímos o processo de implementação, realizando as etapas de inventário dos riscos, mensuração do impacto qualitativo, probabilidade de ocorrência e vulnerabilidade e por fim estabelecendo planos de ação para cada risco com objetivo de reduzi-los a um nível residual aceitável.

Neste modelo de gestão de riscos corporativos adotado a NTS busca endereçar os riscos que possam afetar sua continuidade operacional, considerando desde impactos operacionais a impactos corporativos.

A NTS também possui desde 2019 o Plano de Continuidade de Negócios, que permite adotarmos rapidamente os procedimentos necessários para execução dos processos corporativos críticos (como processos financeiros, relativos à gestão de pessoas ou comerciais) em caso de inaccessibilidade às instalações da NTS. Com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19, o plano foi acionado para migração das funções corporativas para o ambiente de teletrabalho, garantindo total continuidade das atividades e a disponibilidade dos recursos necessários para cada funcionário.

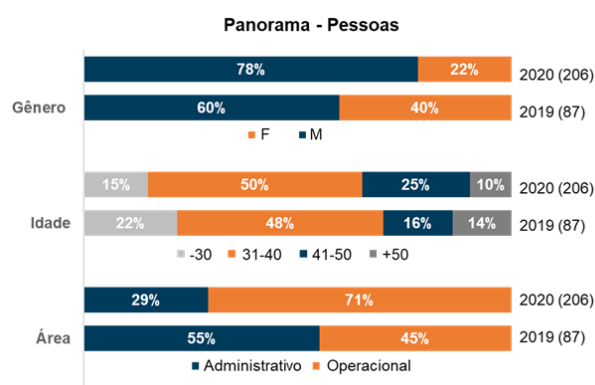
Em 2020 o Plano de Gestão de Crise foi consolidado, com a realização de simulados e adaptações ao plano de resposta às emergências. Assim como o Plano de Continuidade, o programa foi acionado e o Comitê de Crise instalado para monitoramento contínuo dos impactos da pandemia.

A Companhia conta ainda com a contratação de seguros como uma importante ferramenta utilizada na gestão de riscos e adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui diversas apólices para cobertura de riscos operacionais e lucros cessantes, riscos ambientais, responsabilidade civil geral, responsabilidade civil, D&O, responsabilidade civil profissional (E&O), riscos de engenharia, responsabilidade civil de obras, patrimonial, fraude e riscos cibernéticos. Ao final de 2020, a cobertura de todas as apólices somava aproximadamente R\$ 2,6 bilhões.

3.4. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2020 a NTS continuou expandindo contratações e criou mais de 100 vagas de emprego direto, de forma alinhada ao crescimento e à implantação da estratégia da Companhia, fechando o exercício com 206 profissionais (87 ao final de 2019) distribuídos conforme gráfico.

Os processos de recrutamento e treinamento foram adaptados em 2020 e aconteceram majoritariamente de forma remota. Cerca de 90% das vagas criadas este ano foram destinadas às áreas técnicas e operacionais.



Em parceria inovadora com a UnIBP, foram concluídos os cursos de formação teórica de novos técnicos(as) de gasodutos e operadores de CCO, com treinamentos adaptados ao ambiente virtual e por meio do qual foram oferecidas mais de 1.650 horas/aula, durante



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

cerca de 6 meses em período integral. Como resultado desse esforço, 100% destes profissionais foram certificados.

Com o crescimento expressivo das equipes urge investimentos em fortalecimento da cultura corporativa, diversidade e inclusão, inclusive com a adoção de uma política interna de ambiente positivo de trabalho.

Em setembro de 2020, a NTS aderiu ao Programa Empresa Cidadã, ampliando benefícios de licença maternidade e paternidade.

3.5. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

O compromisso da NTS com a gestão de saúde e segurança é garantir que todos retornem para casa com segurança ao final de cada dia, e que nossos ativos sejam operados de maneira segura. Esse compromisso se baseia no cuidado com os empregados e nossos contratados, com as comunidades no entorno das operações, e com o meio ambiente. Para tanto, adotamos sistemas e práticas de gestão de saúde, segurança, meio ambiente e qualidade em todas as operações, assegurando o entendimento estratégico das questões relativas a esses temas, fundamentais para atingir os resultados esperados pela organização.

A Companhia acredita que o zero dano é um objetivo alcançável e foca em três áreas de ação: melhorar instalações e equipamentos por meio de tecnologia e inovação; implementar um sistema de gestão integrada para melhorar nossas práticas e procedimentos, desenvolver nosso pessoal e transformar a cultura de segurança da NTS.

Com esse objetivo, a NTS segue a estratégia do Zero Dano, que visa demonstrar o compromisso da empresa com a não ocorrência de incidentes e assegurar zero incidentes de alto risco. O Zero Dano baseia-se em três programas, quais sejam:

- Nossas instalações, que visa a redução de incidentes de alto risco, através de tecnologia e inovação;
- Sistema de Gestão Integrada, que tem o foco de implementar um sistema através de práticas e processos;
- Nossa gente, que visa o desenvolvimento da cultura de segurança da nossa Companhia.

A apuração da Taxa de Acidentes Registráveis para a NTS atingiu 1,90 por milhão de homens-hora ficando abaixo dos limites operacionais definidos pela Companhia.

A cada novo empreendimento, estudos e programas são desenvolvidos nas regiões de influência visando a identificar e avaliar os impactos nas comunidades, na fauna, na flora, no solo, nos recursos hídricos e no ar, além de propor medidas para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos, enfatizando a integração do empreendimento à localidade.

A NTS efetua acompanhamento permanente do atendimento aos requisitos legais, do cumprimento às condicionantes ambientais e, ainda, dos prazos estabelecidos para que os requerimentos de renovação das licenças de operação relativas às instalações em fase operacional ocorram tempestivamente, permitindo, dessa forma, a continuidade das atividades operacionais em conformidade com a legislação vigente.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Com referência ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da NTS, em 2020 foram elaborados e revisados padrões conforme SGI. Na área de licenciamento ambiental, realizou e solicitou a quitação da restauração florestal de aproximadamente 575 hectares dos 1.110 hectares que fazem parte de nosso compromisso.

3.6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A NTS busca incentivar projetos que tenham impacto nas comunidades por onde passam seus gasodutos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir de levantamento de dados socioeconômicos e estratégicos, realizado em 2019, passou a focar ações em 10 municípios selecionados para um plano de aproximação institucional até 2021.

Em 2020 a empresa seguiu como mantenedora da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), nosso principal projeto desde 2017; por meio da Lei Rouanet foram destinados R\$ 8 milhões neste exercício. Além do apoio à OSB, por meio de edital de Projetos Sociais por Leis de Incentivo (Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), PRONON/PRONAS, Fundo da Infância e Adolescência - FIA / Fundo Municipal da Criança e Adolescente – FUMCAD, Lei do Idoso e Lei Rouanet) foram destinados aproximadamente mais R\$ 6 milhões aos projetos em 2020, totalizando 14 milhões em projetos sociais.

No total a companhia apoiou 26 projetos selecionados em 2020. Devido à pandemia de COVID-19 parte dos projetos precisaram ser adaptados, enquanto outros serão executados em 2021. Dentre eles, destacamos o Projeto Esporte Cidadão - Ajudô em Brumadinho-MG e o Projeto Judô Mais que Ouro - Instituto SOS Reviver em Nova Iguaçu-RJ, que buscam promover atividades educativas, qualidade de vida, disciplina e valorização da coletividade, longe das drogas, por meio da prática de atividades esportivas. Juntos estes projetos impactam aproximadamente 600 crianças e adolescentes. Dentre os projetos voltados à infância e adolescência, podemos citar o Projeto Ver na Escola – Instituto Verter, com atendimento oftalmológico em escolas públicas e impacto a cerca de 20 mil alunos da rede de escolas municipais de São Paulo-SP.

Dentre as ações de enfrentamento à COVID-19, a NTS destinou R\$ 6 milhões em doações buscando atenuar os impactos socioeconômicos na área de abrangência das operações (estados de MG, SP e RJ), garantindo transparência e adequada aplicação dos recursos, nas seguintes frentes:

- Ativação de 25 leitos no Hospital Municipal João Fernandes do Carmo em Brumadinho (MG), 40 leitos na Policlínica Itália Franco em Japeri (RJ) e de 20 leitos no Hospital Geral da Posse, em Nova Iguaçu (RJ);
- Doação de cestas de alimentos para 4.110 famílias, por 3 meses, em parceria com a TRANSPETRO nas comunidades de Comunidades de Rodolfo Pirani, Jardim São Francisco, Parque das Flores, Jardim Colorado e Morumbizinho no Estado de SP;
- Doação de 1.965 cestas básicas e kits de higiene por 3 meses, para beneficiários de três instituições parceiras em projetos sociais patrocinados pela NTS em Betim, Brumadinho e Ibirité (municípios em MG);
- Doação de EPIs para funcionários e de equipamentos eletrônicos para apoio de instituições de atendimento a idosos, parceiras em projetos sociais patrocinados pela NTS, no Estado de MG.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os colaboradores da NTS também contribuíram por meio de uma campanha interna de arrecadação de recursos para a compra de cestas básicas. A ação teve como meta alcançar 80 famílias do bairro de Austin em Nova Iguaçu (RJ) e paralelamente também apoiar o comércio local, atingido pelas restrições. A NTS dobrou o valor das doações.

No total, o investimento social da NTS somou 20 milhões e beneficiou cerca de 22 mil pessoas ao longo do entorno de nossa malha de gasodutos, o que representa uma capilaridade de 23% dos municípios em que estamos presentes.

3.7. SUSTENTABILIDADE

Para a NTS, a sustentabilidade é alcançada quando seus negócios geram valor para seus acionistas e demais *stakeholders* (investidores, empregados, clientes, fornecedores, outras empresas do setor e representantes de órgãos públicos e das comunidades locais), apoiando o fortalecimento social, a manutenção e melhoria da saúde e segurança de seus colaboradores e comunidades afetadas direta ou indiretamente pelo nosso negócio e a eliminação ou minimização dos impactos ambientais negativos. Desta forma, potencializaremos os impactos positivos e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde operamos.

A Política de Sustentabilidade da NTS estabelece os princípios e compromissos com a sustentabilidade, orientando processos, ações e relacionamentos. Os fundamentos de sustentabilidade presentes em nossa política são:

- Atuar com compromisso com a segurança, saúde e zelo por seus colaboradores
- Reduzir os riscos e impactos diretos da sua atividade
- Construir um ambiente saudável de trabalho e atuar com ética, transparência e conduta moral
- Construir e fortalecer parcerias no entorno das operações
- Garantir a gestão de qualidade de nossas operações

Em 2020 focamos esforços na criação do Plano de Sustentabilidade da NTS, que vai estabelecer metas, métricas e práticas que orientarão ações que garantam um transporte de gás cada vez mais sustentável. O plano compreenderá o período de 2021-2025 e foi desenvolvido sob três eixos de atuação: Pessoas, Meio Ambiente e Governança. Dentre os objetivos para os próximos 5 anos, a NTS buscará ser reconhecida no entorno de sua operação, estabelecer e disseminar os processos de gestão ambiental, e estabelecer um programa formal de qualificação e desenvolvimento de fornecedores. Já foram mapeadas cerca de 100 atividades no âmbito de ESG a serem implementadas no período.

Também em 2020 a NTS publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade apresentando aos seus *stakeholders* os destaques nos avanços registrados na gestão de sustentabilidade da Companhia em 2019. O conteúdo foi produzido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), sendo feita uma relação dos temas prioritários identificados para a gestão de sustentabilidade da Companhia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU.

Além dos destaques do ano, o relatório apresenta um sumário do desempenho da Companhia nos âmbitos financeiro, saúde e segurança, social, ambiental e operacional e aborda a estratégia e a visão de futuro da Companhia diante das muitas transformações



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

que já ocorrem no mercado brasileiro de transporte de gás natural. O relatório está disponível para acesso no website da Companhia (www.ntsbrasil.com).

4. ATIVOS DE TRANSPORTE

4.1. MALHA DE GASODUTOS DA NTS

A infraestrutura da NTS compreende malha de gasodutos com extensão total de aproximadamente 2.050 quilômetros que percorrem três estados brasileiros na região Sudeste - Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ao longo da malha, são 6 estações de compressão de gás (sendo 5 delas próprias, após a aquisição da estação de Mantiqueira no início de 2020), 47 pontos de entrega, além de 3 pontos de interconexão.

A malha possui forte interligação entre seus gasodutos, conectando-se à produção nacional proveniente principalmente das bacias de Campos e Santos, ao gasoduto Bolívia-Brasil, de propriedade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), aos gasodutos da região nordeste do Brasil, de propriedade da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e ao terminal de GNL da Baía da Guanabara, de propriedade da Petrobras, totalizando 9 pontos de recebimento de gás.

Entregas de gás

A malha da NTS atende os maiores consumidores de gás do país, que são os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Estes três estados demandaram aproximadamente 45%, 45% e 10% do gás entregue pela NTS em 2020, respectivamente.

No ano de 2020, a média de volume entregue pela NTS foi de 34,4 milhões m³/dia, comparado a 37,4 milhões m³/dia em 2019.

4.2. INVESTIMENTOS

A NTS opera ativos regulatórios sendo que os mesmos devem ser mantidos em condições de operação a plena capacidade durante a vigência das autorizações de operação.

Anualmente, parcela dos investimentos realizados buscam garantir a integridade, disponibilidade e confiabilidade dos gasodutos e equipamentos, seja por meio de melhorias, adequações ou modernizações. É imprescindível manter a capacidade de transporte de acordo com as obrigações contratuais de cada um dos GTAs, assim como executar investimentos associados à conformidade legal e regulatória.

No exercício social de 2020 os investimentos foram de R\$ 173 milhões, ante investimentos de R\$ 110 milhões em 2019, além de R\$ 9 milhões destinados ao cumprimento de condicionantes ambientais (R\$ 14 milhões em 2019), totalizando R\$ 182 milhões (R\$ 124 milhões em 2019). Os principais investimentos realizados no último ano foram:

- Aquisição da estação de compressão de Mantiqueira em fevereiro de 2021;
- Projetos de integridade e segurança operacional, os quais incluem inspeções e reparos de gasodutos (através de *pig*, ferramentas especializadas, escavações);



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Construção do ponto de recebimento (PR) de Guapimirim, que receberá o gás processado na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do COMPERJ (em construção pela Petrobras) e que irá tratar a produção do pré-sal. O projeto contribuirá para o aumento da flexibilidade da malha de transporte com a inclusão de mais uma entrada de gás próxima à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

5. CONTRATOS DE TRANSPORTE

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural (GTAs), regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Cada um dos GTAs refere-se a um conjunto de gasodutos do sistema de transporte da NTS. Desse modo, a somatória das capacidades contratuais corresponde a 158,2 milhões de m³ por dia.

Ao longo de 2020, não houve nenhum evento que alterasse a capacidade contratada nos GTAs celebrados pela Companhia.

Na tabela abaixo temos, por contrato, a capacidade de transporte contratada e a movimentação média por dia. O cômputo da movimentação do contrato Malha Sudeste II só considera volumes de gás natural efetivamente entregues nos Pontos de Entrega Duque de Caxias, UTE Baixada Fluminense e São Bernardo do Campo II.

Contrato	Capacidade contratada*	Movimentação Média (MM m ³ /dia)		Vencimento
		2020	2019	
Malha Sudeste	43,8	29,6	33,0	31/12/2025
Malha Sudeste II	49,4	2,4	2,8	14/10/2031
GASDUC III	40,0	15,2	19,1	11/11/2030
GASTAU	20,0	12,2	14,6	30/11/2031
Paulínia - Jacutinga	5,0	0,2	0,3	14/01/2030
Total	158,2			

*Os dados operacionais desta tabela não foram auditados pela auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Receita Operacional Líquida	4.671.168	4.406.215	6,0%
Custo dos serviços prestados	(823.532)	(743.782)	10,7%
Lucro Bruto	3.847.636	3.662.433	5,1%
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.086	(78.081)	n.a.
Lucro Operacional	3.877.722	3.584.352	8,2%
Resultado Financeiro Líquido	(107.387)	(282.260)	-62,0%
Resultado antes dos Impostos	3.770.335	3.302.092	14,2%
IR e contribuição social total	(1.242.351)	(1.084.573)	14,5%
Lucro líquido do período	2.527.984	2.217.519	14,0%



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida (“ROL”) do exercício social de 2020 foi de R\$ 4,7 bilhões, 6,0% superior aos R\$ 4,4 bilhões registrados em 2019.

A receita da NTS é 100% gerada pelos 5 (cinco) GTAs. A variação do volume médio transportado, percebida este ano em função da pandemia, não impacta o faturamento, dado que os GTAs possuem cláusula “*Ship-or-Pay*”. Ou seja, há condição contratual que garante ao transportador previsibilidade e estabilidade da receita, calculada com base na capacidade de transporte contratada, independentemente do volume efetivamente movimentado. A variação da receita entre anos é explicada pela inflação, já que os contratos são reajustados pelo IGP-M, que impactou positivamente as tarifas vigentes em 2020.

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Receita Operacional Líquida	4.671.168	4.406.215	6,0%

6.2. ENCARGOS SOBRE SERVIÇOS

Encargos sobre serviços somaram R\$ 770 milhões em 2020, ante R\$ 766 milhões em 2019, distribuídos no âmbito federal (PIS/COFINS) e nas esferas estadual e municipal (ICMS/ISS). O incremento acompanha as variações da receita percebidas no item 6.1. Após trânsito em julgado de ação sobre o tema, a NTS passou a ter o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e essa medida não representará impacto material no faturamento líquido.

6.3. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os Custos dos Serviços Prestados atingiram R\$ 824 milhões, ou 17,6% da ROL, comparáveis a R\$ 744 milhões em 2019, quando os custos corresponderam a 16,9% da ROL.

Em relação à depreciação, entre fevereiro 2019 e abril de 2020, após retificação das bases de cálculo de PIS/COFINS de novembro de 2016 a janeiro de 2019, a NTS compensou créditos retroativos de PIS/COFINS sobre a base de ativo fixo. O aumento de 13% entre períodos pode ser parcialmente explicado pelo fim da compensação desses créditos retroativos de PIS/COFINS sobre a base de ativo fixo, o que impactou negativamente as despesas de depreciação no ano de 2020. A variação total da depreciação foi de R\$ 44 milhões.

Operação e manutenção referem-se aos custos incorridos principalmente com a Transpetro, que presta os serviços nos gasodutos e demais instalações operacionais da Companhia. Os contratos sofrem reajuste de preço a cada 12 meses, com base no IGP-M e IPCA.

Dentre os itens com aumento real, os custos com pessoal apresentaram aumento de R\$ 20 milhões entre períodos e custos com treinamentos outros R\$ 3 milhões. Esses incrementos



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

refletem a expansão do quadro de funcionários, especialmente nas áreas técnicas e operacionais, que contrataram, treinaram e certificaram grande parte dos mais de 100 novos profissionais.

Em 2020 foram incorridos também aproximadamente R\$ 9 milhões em custos com consultoria, associados principalmente às consultorias prestadas em manutenção e integridade, implementação do SGI, além de recrutamento de pessoal e apoio em atividades estruturantes relacionadas aos novos processos de O&M, como implantação de sistemas, incluindo SAP-PM.

Em contrapartida, observa-se redução de custo de aluguel sobre a estação de compressão de Mantiqueira, adquirida em fevereiro de 2020.

A tabela a seguir demonstra o detalhamento dos Custos dos Serviços Prestados:

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Custo dos serviços prestados	(823.532)	(743.782)	10,7%
Depreciação	(383.783)	(340.046)	12,9%
Operação e Manutenção	(264.624)	(257.653)	2,7%
Direito de Passagem	(60.255)	(55.185)	9,2%
Custos com pessoal	(30.869)	(9.869)	212,8%
Serviços, Fretes, Aluguéis e Encargos Gerais	(22.915)	(33.438)	-31,5%
Energia Elétrica	(20.249)	(19.276)	5,0%
Seguros	(14.348)	(13.551)	5,9%
Serviços de consultoria	(8.627)	--	100,0%
ICMS do gás utilizado no sistema	(4.830)	(9.985)	-51,6%
Treinamentos e seminários	(3.366)	--	100,0%
Custos ambientais	(1.088)	(801)	35,9%
Outros custos	(8.578)	(3.978)	115,6%
% sobre a ROL	-17,6	-16,9	- 0,7 pp

6.4. LUCRO BRUTO

Em 2020 a NTS apurou Lucro Bruto de R\$ 3,8 bilhões, um aumento de 5,1% em relação a 2019 (R\$ 3,7 bilhões). O incremento é justificado principalmente pela expansão de 6,0% da ROL, já que os custos aumentaram 0,7 pp em relação à ROL entre períodos comparativos afetando da mesma forma a margem bruta (82,4% em 2020 vs. 83,1% em 2019).

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Lucro Bruto	3.847.636	3.662.433	5,1%
Margem Bruta %	82,4	83,1	- 0,7 pp



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6.5. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As Receitas e Despesas Operacionais registradas em 2020 totalizaram saldo positivo de R\$ 30 milhões, equivalente a 0,6% da ROL, um resultado bastante distinto quando comparado a 2019, quando as Despesas Operacionais somaram R\$ 78 milhões (1,8% da ROL).

A partir do terceiro trimestre de 2020 foram reconhecidos créditos tributários retroativos totalizando R\$ 49 milhões relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, após trânsito em julgado de ação com desfecho favorável à NTS.

Em outubro de 2020, após extensas discussões com assessores externos (advogados e consultores tributários) e com base na Instrução Normativa nº 1881 de 2019 publicada pela Receita Federal do Brasil foi concluída a revisão das apurações de PIS e COFINS efetuadas em relação aos anos calendários de 2015 e 2016 e a Companhia identificou ter oferecido indevidamente à tributação de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, tributadas à alíquota conjunta de 4,65%, valores correspondentes ao Ajustes a Valor Presente (AVP) sobre o contas a receber de arrendamento mercantil financeiro existente à época que tinha como contrapartida impacto na receita financeira. Destaca-se que esta avaliação considerou ter havido duplicidade no recolhimento de PIS e COFINS sobre estas receitas, uma vez que elas foram incluídas também nas bases de cálculo do PIS/COFINS sobre o faturamento e tributados à alíquota conjunta de 9,25% à época. Foram registrados então créditos tributários de R\$ 53 milhões (principal), que serão utilizados para compensação de débitos tributários futuros, gerados a partir da atividade operacional da NTS (e já parcialmente compensados no quarto trimestre de 2020).

Já em 2019, foi registrado evento não recorrente relativo à baixa de ativos ligados a projetos cancelados, desativados ou descontinuados no montante de aproximadamente R\$ 24 milhões (nenhum desses ativos compunham a base de ativos regulatórios da NTS).

As Despesas Gerais e Administrativas foram R\$ 17 milhões maiores na comparação entre os dois períodos (+30,5%), sendo que deste total R\$ 6 milhões referem-se às doações realizadas para enfrentamento e prevenção à COVID-19. Os patrocínios para Orquestra Sinfônica Brasileira através da Lei Rouanet bem como para outros projetos apoiados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte ou FIA foram ligeiramente superiores aos valores de 2019, em linha com o aumento dos resultados tributáveis da Companhia.

Outro fator que explica o aumento das despesas entre períodos é o aumento das despesas com pessoal e recrutamento, refletindo novas contratações, que impactaram o resultado em R\$ 3 milhões entre períodos.

As despesas de 2020 foram afetadas ainda pela baixa do processo tributário (ISS) e depósitos judiciais vinculados envolvendo a NTS e o Município de Silveiras, em decorrência de decisão final desfavorável proferida em juízo contra a NTS, com variação total de R\$ 5 milhões entre os períodos analisados.

Despesas com assessoria jurídica e consultorias foram superiores em aproximadamente R\$ 4 milhões em 2020 quando comparados a 2019 e refletem por exemplo valores relativos à implementação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), apoio jurídico e tributário na análise dos créditos tributários reconhecidos, projetos corporativos de planejamento estratégico, fortalecimento da cultura da Companhia e voltados à diversidade e inclusão.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Analisando despesas recorrentes, excluindo-se o efeito das despesas com patrocínio, uma vez que a totalidade desses recursos corresponde a destinações previstas nas leis de incentivo fiscal, e o efeito das doações para enfrentamento à COVID-19 e reversões para contingências, as Despesas Gerais e Administrativas somaram aproximadamente R\$ 47 milhões, com aumento de R\$ 5 milhões ante ao período anterior, correspondente a um incremento de 12% comparado na mesma base.

O detalhamento destas despesas é demonstrado na tabela a seguir:

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.086	(78.081)	n.a.
Despesas gerais e administrativas	(71.234)	(54.588)	30,5%
Despesas com pessoal	(27.695)	(25.192)	9,9%
Patrocínios	(14.365)	(13.929)	3,1%
Assessoria jurídica, contábil e consultoria	(8.396)	(4.864)	72,6%
Doações	(6.000)	--	-100,0%
(Provisão)/Reversão de contingência	(3.430)	1.803	-290,2%
Serviços contratados	(3.384)	(2.248)	50,6%
Manutenções de licenças, aluguéis e taxas	(2.721)	(2.683)	1,4%
Auditoria	(690)	(999)	-31,0%
Recrutamento e seleção	(580)	(37)	1478,7%
Despesas com escritório e outras	(3.973)	(6.439)	-38,3%
% sobre a ROL	-1,5	-1,2	0,3 pp
Recuperação de impostos	101.345	--	100,0%
% sobre a ROL	2,2	--	2,2 pp
Baixa de ativos	(25)	(23.493)	-99,9%
% sobre a ROL	-0,0	-0,5	0,5 pp

6.6. LUCRO OPERACIONAL

O Lucro Operacional totalizou R\$ 3,9 bilhões em 2020, ou 83,0% da ROL, representando crescimento de 8,2% em relação ao Lucro Operacional registrado em 2019, de R\$ 3,6 bilhões.

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Lucro Operacional	3.877.722	3.584.352	8,2%
% sobre a ROL	83,0	81,3	1,7 pp



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6.7. RESULTADO FINANCEIRO

Em 2020 o Resultado Financeiro Líquido recuou 62,0% e foi negativo em R\$ 107 milhões, comparado a R\$ 282 milhões em 2019. A melhora do resultado deve-se principalmente à redução das despesas com juros sobre debêntures, que recuaram cerca de 52% entre períodos, ou foram R\$ 177 milhões menores entre os períodos comparativos. O custo das debêntures é de 109% do CDI, sendo que observamos retração da taxa média de juros (CDI) de 6% a.a. para 3% a.a. entre os períodos.

O novo empréstimo de R\$ 60 milhões contraído por meio de emissão de cédulas de crédito bancário (CCB) em 2020, visando a otimização da estrutura de capital de dois projetos, gerou despesas financeiras de R\$ 0,9 milhão no ano, considerado seu custo de CDI+1,98% a.a..

Em relação às receitas financeiras, o recuo de aproximadamente 7% também se deve à retração do CDI, sendo este efeito parcialmente compensado pela receita de R\$ 9 milhões correspondente a correção monetária dos créditos retroativos de PIS e COFINS e R\$ 17 milhões referente aos juros SELIC sobre os créditos de AVP (vide item 6.5 deste relatório).

A NTS não possui exposição relevante à moeda estrangeira.

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Resultado Financeiro Líquido	(107.387)	(282.260)	-62,0%
Receitas financeiras	62.768	67.324	-6,8%
Despesas financeiras	(170.155)	(349.584)	-51,3%

6.8. RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

O Resultado antes dos Impostos teve expansão de aproximadamente R\$ 0,5 bilhão e totalizou R\$ 3,8 bilhões em 2020, equivalente a 81% da ROL ante R\$ 3,3 bilhões em 2019, equivalente a 75% da ROL. Este resultado reflete incremento do Lucro Operacional em aproximadamente 8% aliado à redução das despesas financeiras líquidas em 51%.

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Resultado antes dos Impostos	3.770.335	3.302.092	14,2%
% sobre a ROL	80,7	74,9	5,8 pp

6.9. IRPJ E CSLL

Em 2020 foram apurados R\$ 1,2 bilhão de IRPJ/CSLL correntes e diferidos, ante R\$ 1,1 bilhão em 2019. Tal variação é associada ao aumento percebido no Resultado antes dos Impostos e refletida principalmente nos impostos correntes. A alíquota efetiva atingiu 33,0% no exercício, comparada a 32,9% em 2019.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
IR e contribuição social total	(1.242.351)	(1.084.573)	14,5%
% sobre resultado antes dos impostos	-33,0	-32,8	- 0,1 pp
IR e contribuição social correntes	(859.037)	(688.752)	24,7%
% sobre o resultado antes dos impostos	-22,8	-20,9	- 1,9 pp
IR e contribuição social diferidos	(383.314)	(395.821)	-3,2%
% sobre o resultado antes dos impostos	-10,2	-12,0	1,8 pp

6.10. LUCRO LÍQUIDO

A NTS registrou Lucro Líquido de R\$ 2,5 bilhões no exercício de 2020, resultado equivalente a 54% da ROL e R\$ 310 milhões superior ao montante de R\$ 2,2 bilhões em 2019.

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Lucro líquido do período	2.527.984	2.217.519	14,0%
% sobre a ROL	54,1	50,3	3,8 pp

6.11. EBITDA

Em 2020 a NTS apresentou EBITDA de R\$ 4,3 bilhões, comparáveis ao total de R\$ 3,9 bilhões no período anterior. A margem EBITDA teve expansão de 2,2 pp, atingindo 91,2% ante 89,1% em 2019, demonstrando a estabilidade na geração de caixa operacional e capacidade de gestão de custos no período.

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais)	2020	2019	Var.
Lucro Líquido	2.527.984	2.217.519	14,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.242.351	1.084.573	14,5%
Resultado Financeiro	107.387	282.260	-62,0%
Depreciação e Amortização	383.783	340.046	12,9%
EBITDA	4.261.505	3.924.398	8,6%
Margem EBITDA %	91,2	89,1	2,2 pp

6.12. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O Ativo Imobilizado, líquido de depreciação, totalizou R\$ 8,0 bilhões em 31/12/2020, comparável a R\$ 8,3 bilhões em 31/12/2019. A redução do saldo deve-se basicamente à depreciação entre períodos.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Outro impacto importante no ativo é apresentado nas linhas de tributos a recuperar (circulante e não circulante), com variação total de R\$ 105 milhões entre períodos. Detalhes sobre o registro dos créditos tributários estão descritos no item 6.5 deste relatório.

Encerramos o exercício com endividamento bruto de R\$ 5,3 bilhões, ligeiramente superior aos R\$ 5,2 bilhões ao final de 2019, em função do empréstimo de R\$ 60 milhões contraído em 2020 por meio de emissão de CCB. O endividamento líquido recuou para R\$ 4,3 bilhões, comparável a R\$ 4,4 bilhões em 31/12/2019. A melhora na posição de caixa pode ser explicada, especialmente, pelo maior diferimento de imposto de renda ao longo do ano em função do regime de recolhimento por estimativa, tendo como base a receita da companhia.

Dentre as movimentações do Patrimônio Líquido destacamos:

- a constituição de reserva de lucros sobre incentivos fiscais, no total de R\$ 58 milhões decorrente de subvenção para investimento referente a apropriação de crédito de ICMS oriundo da opção pelo Convênio ICMS 106/96, que concede crédito de 20% do valor do ICMS devido para as empresas de prestação de serviço de transporte. Estes créditos foram contabilizados no resultado do exercício e mensalmente destinados para a reserva de incentivo fiscal, sendo excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo;
- a incorporação de parte da reserva de capital (R\$ 168 milhões), seguida de redução do capital social aprovada em AGE em agosto e efetivada no início de novembro de 2020, no montante de R\$ 653 milhões. O capital social total em 31/12/2020 é de R\$ 509 milhões.

Endividamento (Em milhares de Reais)	31/12/2020	31/12/2019	Var.
Dívida Bruta	5.275.680	5.241.123	0,7%
Caixa	954.089	795.974	19,9%
Dívida Líquida	4.321.591	4.445.149	-2,8%

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 DEBÊNTURES E FINANCIAMENTOS

DEBÊNTURES DE PRÓPRIA EMISSÃO

Em 20 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Segunda Emissão de Debêntures”).

Em 15 de maio 2018, foram integralizadas 520.000 debêntures com valor nominal de R\$ 10.000,00, de acordo com as seguintes características:

- Data de emissão: 25 de abril de 2018
- Prazo de vigência: 60 (sessenta) meses, sendo o vencimento em 25 de abril de 2023
- Amortização: no vencimento, em 25 de abril de 2023
- Remuneração: 109% da variação acumulada da Taxa CDI



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Pagamento de juros: semestralmente, em abril e outubro
- Sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática

Em 15 de maio de 2018, a Companhia realizou o resgate antecipado da Primeira Emissão de Debêntures, ocorrida em 2017, com recursos captados através da Segunda Emissão de Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que estabelecem índices financeiros a serem cumpridos trimestralmente: (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA deverá ser $\leq 3,0x$ e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida $\geq 1,5x$. No encerramento do exercício de 2020, a Companhia esteve em conformidade com as cláusulas restritivas.

O *rating* da segunda emissão de debêntures afirmado pela Fitch Ratings é “AAA(bra)” com perspectiva estável.

CCB

Em 27 de julho de 2020, a o Conselho de Administração aprovou a emissão, pela Companhia, de cédula de crédito bancário (CCB), em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 60 milhões, de acordo com as seguintes características:

- Data de emissão: 13 de agosto de 2020
- Prazo de vigência: 12 (doze) meses, sendo o vencimento em 13 de agosto de 2021
- Amortização: no vencimento
- Remuneração: 100% da Taxa CDI acrescida de um *spread* de 1,98% ao ano
- Pagamento de juros: semestralmente, em fevereiro e agosto
- Sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática

7.2 POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas totalizou o pagamento de R\$ 2.128 milhões em 2020, sendo R\$ 2.012 milhões, em forma de dividendos e R\$ 116 milhões em forma de juros sobre capital próprio. Adicionalmente, foram pagos R\$ 248 milhões referentes aos dividendos propostos ao final de 2019, de modo que o total de distribuições efetivamente pagas em 2020 somaram R\$ 2.376 milhões. Outros R\$ 346 milhões de dividendos adicionais referentes ao lucro do exercício de 2020 foram propostos e mantidos em Reserva de Lucro, tendo o Conselho de Administração se manifestado favoravelmente à sua distribuição em reunião realizada no dia 10 de março de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2020, os acionistas da Companhia também aprovaram a incorporação de parte da reserva de capital da Companhia ao seu capital social, resultando no aumento do capital social da Companhia para R\$ 1.162.037, mediante aumento do valor nominal das ações da Companhia e manutenção do número de ações representativas do capital social. Ato subsequente, foi aprovada a redução do capital social da Companhia para o montante de R\$ 508.712, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, por ser considerado excessivo diante das atividades desempenhadas pela Companhia, mediante redução do valor nominal da ação da Companhia para R\$ 0,22 (vinte e dois centavos), sem o cancelamento de quaisquer



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ações representativas do capital social. O pagamento da restituição de capital aos acionistas decorrente da redução do capital social foi realizado em dezembro de 2020.

7.3. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 2020, a distribuição do valor adicionado totalizou R\$ 4,8 bilhões, valor 7,8% maior em relação a 2019. Cerca de 52,3% deste valor foi direcionado para a remuneração do capital próprio (na forma de dividendos e juros sobre capital próprio; 49,4% em 2019), 41,9% para impostos, taxas e contribuições (41,5% em 2019), 4,6% para remuneração de capital de terceiros (8,3% em 2019) e 1,2% para pessoal (0,8% no exercício anterior).

Em milhares de Reais	2020	2019	Var.
Pessoal	56.536	36.322	55,7%
Impostos, taxas e contribuições	2.023.512	1.861.285	8,7%
Remuneração de capital de terceiros	223.378	367.800	-39,3%
Remuneração de capital próprio	2.527.984	2.217.519	14,0%
TOTAL DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.831.410	4.482.926	7,8%

7.4. EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2020 E OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 19 de janeiro de 2021 a agência classificadora de risco de crédito Fitch Ratings reafirmou o rating corporativo nacional de longo prazo e o rating da segunda emissão de debêntures da Companhia em “AAA(bra)”, com manutenção da perspectiva estável. O relatório da Fitch está disponível para consultas em <https://ri.ntsbrasil.com>.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas, distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como Juros Sobre Capital Próprio pela Companhia no valor de R\$ 827 milhões, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal. O pagamento da distribuição está previsto para ser realizado até o final do primeiro trimestre de 2021.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Nova Transportadora do Sudeste S.A. (“NTS” ou “Companhia”) foi constituída em 15 de janeiro de 2002, tendo como objetivo a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região sudeste do Brasil, contemplando malha de gasodutos que se estendem entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Visando ao atendimento de seu objetivo, em 1º de julho de 2003, foram celebrados contratos para constituição e operação do Consórcio Malhas Sudeste Nordeste - “Consórcio Malhas”, composto pela (i) Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, (ii) a Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN (que detêm a propriedade de determinados gasodutos a serem construídos com recursos oriundos de financiamentos de projetos), bem como pela (iii) Transportadora do Nordeste Sudeste S.A. - TNS (posteriormente incorporada pela Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, empresa líder do consórcio controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que entraria com ativos já existentes) e pela (iv) Petrobras Transportes S.A. - Transpetro.

Em 1º de janeiro de 2006, foram iniciadas as operações do Consórcio Malhas, após a Declaração da Data do Início da Operação Comercial (“DIOC”).

Até 15 de dezembro de 2014 os acionistas da NTS eram: Mitsui (35%), Itochu (25%), Mitsubishi (25%) e Tokyo Gas (15%). Na referida data, a TAG, subsidiária da Petrobras, exerceu o direito da compra da totalidade das ações da NTS, passando a ser sua controladora direta.

A Companhia possui um segmento operacional único, referente ao transporte de gás natural.

1.1. Registro como emissor categoria B de valores mobiliários na CVM

Em 18 de abril de 2019, a Companhia obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de emissor de valores mobiliários categoria B.

1.2. Impactos decorrentes da COVID-19

Em um contexto de adversidades em função da pandemia de COVID-19, não poupamos esforços para nos adaptar e manter foco em nossos objetivos para este ano. O Comitê de Crise encontra-se instalado desde março de 2020 e manteve o monitoramento dos efeitos da pandemia decorrente da COVID-19 sobre as operações durante todo o período. O transporte de gás natural é considerado serviço essencial e mantivemos nossas operações sem interrupções e sem impactos materiais. Nossas receitas não foram impactadas, uma vez que todos os nossos contratos de transporte de gás contêm a modalidade *ship-or-pay*.

Desde junho, algumas operações de campo foram retomadas e a partir de agosto, iniciamos gradualmente o retorno ao escritório para as funções corporativas, seguindo todos os protocolos de segurança necessários ao retorno ao trabalho presencial. Reiteramos que a Companhia, suportada pelo Comitê de Crise, têm pautado suas decisões de forma alinhada às recomendações das autoridades sanitárias e de saúde e prezando sempre a saúde e segurança de nossos times.

Notas Explicativas

2. Reestruturação societária

Em 21 de outubro de 2016, teve início uma reestruturação societária na NTS. Por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da NTS, foram aprovados: (i) o aporte de capital com o acervo líquido formado por ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil com data-base de 31 de agosto de 2016, (ii) a transferência das respectivas autorizações de operação emitidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para a NTS; e (iii) a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados.

O acervo líquido da NTS, no valor de R\$2.308.843, era composto por ativos na região Sudeste do Brasil (R\$8.050.238) e dívida (R\$5.741.395) representada pelas Notas Promissórias emitidas pela NTS em favor da Petrobras Global Trading (PGT).

Ainda em 21 de outubro de 2016, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da TAG aprovando a redução de seu capital social, mediante a transferência da totalidade de suas ações na NTS para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP emitiu autorizações de operações provisórias em nome da NTS com relação a todos os seus gasodutos, passando a Petrobras a controlar diretamente a NTS.

Nessa mesma data, foram celebrados aditamentos aos contratos de formação e operação do Consórcio Malhas de modo a excluir a NTS do referido Consórcio.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência da reestruturação societária conduzida pela Petrobras e TAG, bem como do aporte líquido de ativos da TAG na NTS, certos contratos foram cedidos pela TAG para a NTS, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste, com extensão de 1.274,67 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 43,8 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: RECAP-RPCB (GASAN), Campinas-Rio (GASCAR), ESVOL-RECAP (GASPAL), REDUC-ESVOL (GASVOL), Rio de Janeiro-Belo Horizonte (GASBEL), Ramal de Campos Elíseos (16 polegadas);
- (b) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste II, com extensão de 405 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 49,4 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: Japeri-REDUC (GASJAP), RECAP-RPBC (GASAN II) Guararema-Mauá (GASPAL II), Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II);
- (c) Contrato de Serviço de Transporte Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com extensão de 93 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 5,0 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- (d) Contrato de Serviço de Transporte Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com extensão de 180 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 40 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- (e) Contrato de Serviço de Transporte GASTAU para transporte diário de gás, com volume contrato de 20 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031

A Petrobras é o carregador da NTS nos contratos de serviço de transporte em vigor, sendo a operação e manutenção da malha de gasodutos da NTS realizada com suporte e apoio técnico da Petrobrás Transportes S.A. - Transpetro.

Notas Explicativas

Ainda em razão da reorganização realizada e de seus reflexos em relação ao Consórcio Malhas Sudeste, especificamente no que se refere à alteração da natureza dos contratos que regiam sua formação e operação, em 24 de outubro de 2016, foi realizada reavaliação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme disposto no ICPC 03, dos contratos vigentes entre NTS e Petrobras, já que as características de arrendamento mercantil foram substituídas pelo formato de prestação de serviços.

2.1. Alienação do Controle da NTS

Em setembro de 2016 a Petrobras anunciou ao mercado a operação de venda de 90% das ações por ela detidas na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

Em 4 de abril de 2017, a operação de venda da NTS foi concluída com a aquisição pelo FIP de 90% das ações da NTS e com a subsequente venda pelo FIP, na mesma data, de 7,65% das suas ações na NTS para a ITAÚSA (Itaú Investimentos S.A.).

Dessa forma, a composição acionária atual da Companhia é a seguinte: FIP detentor de 82,35% das ações, Petrobras detentora de 10% das ações e ITAÚSA detentora de 7,65% das ações.

Em 24 de outubro de 2017, a ANP emitiu autorizações de operação definitivas em nome da NTS com relação a todos os seus gasodutos.

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contida na Lei das Sociedades por Ações, e incorporadas as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da NTS é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao longo dos exercícios apresentados.

4.1. Instrumentos financeiros

l) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

II) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos e passivos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

III) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e debêntures e financiamentos, mensurados ao custo amortizado. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após reconhecimento inicial, passivos financeiros ao custo amortizado sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

IV) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Estes saldos incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas

4.1.2. Contas a receber

São inicialmente contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso de método de taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em crédito de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas.

4.1.3. Debêntures e financiamentos

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se da taxa de juros efetiva.

4.1. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado, custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo, se os critérios de reconhecimento forem atendidos, e custos socioambientais relacionados à construção da malha de gasodutos com correspondente constituição de provisão no passivo da Companhia em linha com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.3. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando existem indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Na existência de indicativos de recuperação do valor contábil, a Companhia tem como política a contratação de avaliadores independentes que, através de

Notas Explicativas

laudos de avaliação com base em valores justos e de mercado, determina-se a necessidade da constituição de provisão ou não.

4.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes, quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.5. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço e gera receita tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos.

2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição sindical social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos.

Notas Explicativas

4.6. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

4.7. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida após a prestação do serviço de transporte de gás natural para a Petrobras (transferência do controle do ativo), com base nos contratos de transporte, que inclui cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). Os custos operacionais incluem os dispêndios com o contrato de operação e manutenção da malha de gasodutos da Companhia, realizado pela Transpetro, os custos com a operação terceirizada dos Sistemas de Compressão (SCOMPs) Congonhas e Mantiqueira, a energia elétrica com a estação de compressão (ECOMP) Guararema, direito de servidão/passagem por pontos da malha que passam sob trechos de propriedades da Petrobras, custos com prêmios de seguros, ICMS sobre o gás fornecido pela Petrobras, de forma gratuita, para utilização na operação do sistema, depreciação da malha e outros custos.

As despesas gerais e administrativas incluem gastos com folha de pagamento, consultorias e demais serviços contratados, além de gastos com a gestão e manutenção do escritório e impostos e taxas.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre as debêntures, além das apropriações de variações cambiais.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou

Notas Explicativas

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

4.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que os considera custos de obtenção de recursos financeiros associados às suas operações, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários

Notas Explicativas

circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente ao longo do ano.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na Nota Explicativa nº 22.

5.2. Estimativas relacionadas a compensações e condicionantes ambientais

A Companhia possui passivos registrados em relação a compensações e condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia. Os valores registrados refletem os desembolsos financeiros prováveis que a Companhia deverá incorrer em atendimento às obrigações.

Informações sobre os passivos registrados são apresentados nas Notas Explicativas n.º 16.1 e 16.2.

Notas Explicativas

6. Novas normas e interpretações

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

7. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e Bancos	732	614
Aplicações financeiras de curto prazo	953.357	795.360
	<u>954.089</u>	<u>795.974</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A remuneração atual das aplicações financeiras da Companhia é equivalente aproximadamente 100% do CDI. Os investimentos da Companhia foram alocados em CDBs com remuneração associada ao CDI.

8. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras	961.240	861.142
	<u>961.240</u>	<u>861.142</u>

Os recebíveis da Companhia decorrem dos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) firmados com a Petrobras. Não há qualquer montante a receber vencido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como não temos perdas esperadas associadas a estes recebíveis.

Notas Explicativas

9. Outras contas a receber

O saldo de R\$ 120.262 em 31 de dezembro de 2020 se refere a: i) gastos efetuados pela Companhia no escopo das atividades Gerenciamento e Remediação de trincas por Corrosão Sob Tensão (SCC) no montante de R\$ 111.140 (R\$74.566 em dezembro de 2019); e ii) Classe de Locação no montante de R\$ 9.122 (R\$ 2.227 em dezembro de 2019). Tais valores deverão ser reembolsados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ao longo de 2021, como parte das obrigações remanescentes acordadas entre compradora e vendedora para a alienação da Companhia, conforme descrito na nota 2.1. O referido saldo não está sendo atualizado monetariamente.

10. Depósitos vinculados

O saldo de R\$ 15.387 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.096 em 31 de dezembro de 2019), se refere às contas poupança mantidas junto ao Banco do Brasil para fazer face a compensações ambientais relacionadas à construção dos gasodutos GASAN II, GASPAL II e da ECOMP de Guararema no Estado de São Paulo, e que serão utilizados conforme solicitação de órgãos ambientais. Tais depósitos devem permanecer vinculados em conta poupança e seguem os dispositivos da Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019			Movimentação em 2020				Saldo em 31 de dezembro de 2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	111.035	-	111.035	124.936	-	(22.049)	-	213.922	-	213.922
Benfeitoria em bens de terceiros	5.153	(1.073)	4.080	-	-	-	(486)	5.153	(1.559)	3.594
Condicionantes ambientais	148.839	(30.729)	118.110	-	-	-	(5.600)	148.839	(36.329)	112.510
Equipamentos e outros bens	11.667.332	(3.638.485)	8.028.847	48.462	(25)	22.049	(433.007)	11.737.819	(4.071.492)	7.666.327
	11.932.359	(3.670.287)	8.262.072	173.399	(25)	-	(439.093)	12.105.733	(4.109.380)	7.996.353

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2018			Movimentação em 2019				Saldo em 31 de dezembro de 2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	78.676	-	78.676	103.996	-	(71.637)	-	111.035	-	111.035
Benfeitoria em bens de terceiros	4.812	(595)	4.217	381	-	(40)	(478)	5.153	(1.073)	4.080
Condicionantes ambientais	148.839	(25.478)	123.361	-	-	-	(5.251)	148.839	(30.729)	118.110
Equipamentos e outros bens	11.613.928	(3.212.752)	8.401.176	5.221	(23.494)	71.677	(425.733)	11.667.332	(3.638.485)	8.028.847
	11.846.255	(3.238.825)	8.607.430	109.598	(23.494)	-	(431.462)	11.932.359	(3.670.287)	8.262.072

O saldo de obras em andamento é formado por custos com construção, manutenção e reparo dos dutos (desde que relacionados a substituição de peças e equipamento ou em atendimento a exigências regulatórias que aumentem a vida útil do ativo), estações/serviços de compressão, pontos de entrega, com o Plano de Gerenciamento de Correção de Stress por Corrosão ou Fissura de Gasodutos (SCC).

Custos de empréstimo capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve capitalização de juros de financiamentos para projetos de construção no imobilizado da Companhia.

Vida útil atribuída aos ativos

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações e benfeitorias – de 16 a 30 anos
- Benfeitorias em bens de terceiros – 10 a 30 anos
- Gasodutos, equipamentos e outros itens – até 30 anos
- Condicionantes ambientais – até 30 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

A malha de gasodutos da NTS é composta pelos seguintes trechos:

GASTAU

O Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté (GASTAU), com 98 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Processamento de Gás Natural Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do Médio Paraíba, ao Gasoduto Campinas Rio e ao restante da malha Sudeste.

GASDUC III

O Gasoduto Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com 180 km de extensão e 38 polegadas de diâmetro, é o maior diâmetro da América do Sul e tem a maior capacidade de transporte (40 milhões m³/dia) entre os gasodutos brasileiros.

GASPAJ

O Gasoduto Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com 93 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, tem por objetivo atender à demanda de gás natural da região Sul do estado de Minas Gerais. O

gasoduto tem origem na cidade de Paulínia/SP, onde se interligam os gasodutos Paulínia-Jacutinga, Campinas-Rio (GASCAR), REPLAN-Guararema do Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), bem como o Ponto de Entrega REPLAN.

MALHAS SUDESTE

A Malha Sudeste é composta por cinco gasodutos e dois ramais:

GASAN

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN), com 41,6 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro interliga o município de Capuava/SP ao município de Cubatão/SP.

GASCAR

O Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR), com 453 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, tem por objetivo aumentar a capacidade de escoamento de gás boliviano para o Rio de Janeiro. O gasoduto se inicia na Refinaria do Planalto (REPLAN), na cidade de Paulínia/SP, estendendo-se até o município de Japeri/RJ, onde se interliga aos gasodutos GASVOL e GASJAP, ambos no estado do Rio de Janeiro.

GASPAL

O Gasoduto ESVOL-RECAP (GASPAL), com 325,5 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Piraí/RJ e termina no município de Mauá/SP.

GASVOL

O Gasoduto REDUC-ESVOL (GASVOL), com 95 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina no município de Volta Redonda/RJ, possuindo, ainda, um ramal de 5,5 km de extensão dentro do município de Volta Redonda/RJ.

GASBEL I

Notas Explicativas

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte I (GASBEL I), com 357 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina na Refinaria Gabriel Passos, na cidade de Betim/MG.

Ramal de Campos Elíseos 16”

O Ramal de Campos Elíseos, com 2,7 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, localiza-se no município de Duque de Caxias/RJ.

MALHAS SUDESTE II

A Malha Sudeste II é composta pelos seguintes gasodutos:

GASJAP

O Gasoduto JAPERI-REDUC (GASJAP), com 45 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Japeri/RJ e termina no município de Duque de Caxias/RJ, interligando o Hub de Caxias ao Gasoduto Campinas-RIO (GASCAR). O Gasoduto possui um Estação de Compressão em Campos Elíseos.

GASAN II

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN II), com 39 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Mauá/SP e termina no município de São Bernardo do Campo, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASPAL II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASPAL II

O Gasoduto Guararema-Mauá (GASPAL II), com 54 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Guararema/SP e termina no município de Mauá, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASAN II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASBEL II

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II), com 267 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Volta Redonda/RJ e termina no município de Queluzito/MG, ampliou a oferta de gás natural para o estado de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço.

Redução ao valor recuperável de ativos

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de seus ativos para avaliar se há indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável. Não foram identificados indicativos de impairment do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

<u>Fornecedores</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás	212.680	162.538
Petróleo Transportes S.A - Transpetro	47.157	39.130
Solar Turbines Internati	-	6.402
Tokio Marine Seguradora	7.690	4.506
Intech Engenharia Ltda	685	1.980
Chubb Seguros Brasil S.A	1.370	1.635
Schneider	1.648	1.613
Rosenbra Engenharia Brasil Ltda	5.179	1.878
Enerflex/Geogás	1.022	1.314
EGD Engenharia Ltda.	-	1.022
Industec	3.225	-
Conaut Controles	1.522	-
Worley Engenharia	1.231	-
Macaetec Instrumentos	1.001	-
Exterran	-	933
AIG Seguros Brasil	-	890
XL Seguros Brasil	-	512
Consultores e outros serviços contratados	3.294	11.235
Demais Fornecedores	23.010	20.883
	<u>310.714</u>	<u>256.471</u>

Notas Explicativas

13. Debêntures e financiamentos

	Taxa de Juros	Vencimento	2020	2019
Circulante				
Encargos - debêntures 2ª emissão	109% CDI	2023	19.510	47.775
Custos de captação	-	-	(1.947)	(1.947)
Principal - Empréstimo	CDI + 1,98%	2021	60.000	-
Encargos – Empréstimo	CDI + 1,98%	2021	875	-
Total circulante			78.438	45.828

	Taxa de Juros	Vencimento	2020	2019
Não Circulante				
Principal - debêntures 2ª emissão	109% CDI	2023	5.200.000	5.200.000
Custos de captação	-	-	(2.758)	(4.705)
Total não circulante			5.197.242	5.195.295
Total			5.275.680	5.241.123

Em 20 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, no valor total de R\$ 5.200.000 e com valor nominal unitário de R\$10.000,00.

A Segunda Emissão Debêntures foi objeto de garantia firme pelo Banco Itaú BBA, BB – Banco de Investimento S.A e Banco Bradesco BBI S.A.

Em 25 de abril 2018 as debêntures foram emitidas pelo valor aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2018 e integralizadas em 15 de maio de 2018. As debêntures têm juros remuneratórios de 109,00% da variação acumulada da Taxa CDI, pagamentos de juros semestrais em abril e outubro, não possuem amortizações intermediárias e têm vencimento em 25 de abril de 2023, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente:

- Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes; ou
- Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, que deverá ser igual ou superior a 1,5 vez;

Notas Explicativas

No fechamento das informações trimestrais findas em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou ambos os índices e concluiu que as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas.

Em 27 de julho de 2020, por meio de Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a emissão, pela Companhia, de cédula de crédito bancário (“CCB”), em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de emissão, remuneração de 100% da Taxa CDI acrescida de um *spread* de 1,98% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, paga semestralmente. O valor do principal será pago pela Companhia em uma única parcela na data de vencimento.

Escala de pagamentos e amortização de custos de captação

Ano	Principal	Custos de captação
2021	60.000	1.947
2022	-	1.947
2023	5.200.000	811
	5.260.000	4.705

Notas Explicativas**14. Transações com partes relacionadas**a) Operações entre entidades jurídicas

	<u>Petrobras</u>	<u>Transpetro</u>	<u>2020</u>
Resultado			
Receita de serviços prestados	5.441.318		5.441.317
Custo com operação e manutenção dos gasodutos		(268.873)	(268.873)
Outros custos operacionais	<u>(70.177)</u>		<u>(70.177)</u>
	<u>5.371.141</u>	<u>(268.873)</u>	<u>5.102.267</u>
Ativo			
Contas a receber	961.240	-	961.240
Outras contas a receber	<u>120.262</u>	-	<u>120.262</u>
	<u>1.081.502</u>		<u>1.081.502</u>
Passivo			
Fornecedores	<u>(212.680)</u>	<u>(47.157)</u>	<u>(259.837)</u>
	<u>(212.680)</u>	<u>(47.157)</u>	<u>(259.837)</u>

	<u>Petrobras</u>	<u>Transpetro</u>	<u>2019</u>
Resultado			
Receita bruta de serviços prestados	5.172.155	-	5.172.155
Custo com operação e manutenção dos gasodutos	-	(257.633)	(257.633)
Outros custos/ despesas operacionais	<u>(55.185)</u>	-	<u>(55.185)</u>
	<u>5.116.970</u>	<u>(257.633)</u>	<u>4.859.337</u>

	<u>Petrobras</u>	<u>Transpetro</u>	<u>TAG</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo				
Contas a receber	861.142	-	-	861.142
Outras contas a receber	<u>76.793</u>	-	-	<u>76.793</u>
	<u>937.935</u>	-	-	<u>937.935</u>
Passivo				
Fornecedores	<u>(162.538)</u>	<u>(39.130)</u>	195	<u>(201.473)</u>
	<u>(162.538)</u>	<u>(39.130)</u>	195	<u>(201.473)</u>

Notas Explicativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia efetuou operações com acionistas e outras partes relacionadas, conforme descrito a seguir:

- I) Petrobras – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações efetuadas com a Petrobras se referem aos faturamentos da Companhia vinculados aos Contratos de Transporte Firme de Gás Natural, cujo objeto é o transporte firme de gás natural, bem como aos recebíveis vencíveis em 2019 e 2020. As condições destes contratos são em bases específicas definidas entre as partes, o faturamento é feito até o 7º dia útil do mês posterior ao serviço prestado e a data do vencimento será o dia 10 do segundo mês, também posterior ao serviço prestado. O pagamento deverá ser feito através de transferência bancária, em caso de atraso ou não pagamento, haverá (i) multa moratória de 2%, (ii) correção monetária calculada de acordo com o IGPM/FGV e (iii) juros moratórios simples (100% CDI), calculados desde o dia seguinte ao vencimento. Vale mencionar que as tarifas de transporte sofrem reajustes a cada doze meses aplicando-se o IGPM/FGV. A Companhia reconheceu em 2020 e 2019 provisões para pagamento pelo uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos, pagamentos relativos à: i) aquisição de energia elétrica como insumo para operar a Estação de Compressão de Guararema; ii) aluguel de equipamentos relacionados ao Ponto de Entrega RPBC; e iii) diferença entre a receita decorrente das tarifas de transporte previstas nos Contratos de Transporte Firme de Gás e a receita de tais contratos levada em consideração para fins da operação de venda da NTS. Ainda em relação à Petrobras, a Companhia reconheceu contas a receber decorrente dos gastos efetuados no escopo das atividades Gerenciamento e Remediação de trincas por Corrosão Sob Tensão (SCC) no montante de R\$ 111.140 (R\$ 74.566 em dezembro de 2019); e ii) Classe de Locação no montante de R\$ 9.122 (R\$ 2.227 em dezembro de 2019). Tais valores que deverão ser reembolsados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, como parte das obrigações remanescentes acordadas entre compradora e vendedora para a alienação da Companhia.
- II) Transpetro – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a transação com a Transpetro se refere aos serviços de operação e manutenção da malha de gasodutos e demais instalações operacionais da Companhia, no âmbito do Contrato de Serviço de Apoio Técnico ao Transporte de Gás firmado entre as partes. As condições destes contratos são em bases específicas definidas entre as partes, os pagamentos acontecerão mensalmente até 30 dias contados da data de prestação do serviço, em caso de atraso, multas de 4% ao mês sobre o montante faturado. Vale mencionar que o reajuste de preço ocorre a cada 12 meses, e possuem como base de reajuste o IGPM e IPCA. A parcela registrada no passivo decorre das obrigações de pagamentos vencíveis em 2020, devidas pela Companhia à Transpetro pelos serviços executados.

A Companhia provê a seus administradores benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seus diretores estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Honorários da administração	7.907	6.458
Benefícios de curto prazo	773	3.851
	<u>8.680</u>	<u>10.309</u>

15. Tributos

15.1. Tributos correntes

	<u>Ativo Circulante</u>		<u>Ativo Não Circulante</u>		<u>Passivo Circulante</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda	-	2	-	-	(402.568)	(290.229)
Contribuição social	-	1	-	-	(167.491)	(124.720)
PIS/COFINS (a)	47.335	-	8.727	8.622	(37.934)	(30.025)
Recuperação de PIS/COFINS (b)	-	-	58.003	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(24.792)	(17.111)
ISS	-	-	-	-	(1.104)	(3.896)
IRRF	-	-	-	-	(1.508)	(1.360)
Outros	6	-	-	-	(2.393)	(2.316)
	<u>47.341</u>	<u>3</u>	<u>66.730</u>	<u>8.622</u>	<u>(637.790)</u>	<u>(469.657)</u>

- a) Em outubro de 2020, após extensas discussões com assessores externos (advogados e consultores tributários) e com base na Instrução Normativa nº 1881 de 2019 publicada pela Receita Federal do Brasil a Administração da Companhia concluiu revisão das apurações de PIS e COFINS efetuadas em relação aos anos calendários de 2015 e 2016 e identificou ter oferecido indevidamente à tributação de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, tributadas à alíquota conjunta de 4,65%, valores correspondentes ao Ajustes a Valor Presente (AVP) sobre o contas a receber de arrendamento mercantil financeiro existente à época que tinha como contrapartida impacto na receita financeira. Destaca-se que esta avaliação considerou ter havido duplicidade no recolhimento de PIS e COFINS sobre estas receitas, uma vez que elas foram incluídas também nas bases de cálculo do PIS/COFINS sobre o faturamento e tributados à alíquota conjunta de 9,25% à época. Foram registrados créditos tributários de R\$ 69.850, sendo R\$ 52.727 correspondentes ao principal e R\$ 17.260 referente aos juros SELIC (parcialmente compensados até 31/12/2020).
- b) Em 2018, a Companhia ingressou com a ação judicial questionando a constitucionalidade da inclusão do Impostos sobre Circulação de Mercadoria _ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2020, a ação transitou em julgado com parecer favorável à NTS permitindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS de forma prospectiva, bem como a recuperação retroativa dos valores recolhidos em excesso (limitados aos

Notas Explicativas

últimos 5 anos contados a partir da data da propositura da ação), atualizados com base na taxa de juros Selic. Foram registrados créditos tributários de R\$ 58.003, sendo R\$ 48.618 correspondentes ao principal e R\$ 9.385 referente aos juros SELIC.

15.2. Tributos diferidos

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social

	Base em 2020	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%	Base em 2019	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%
Imposto diferido ativo				
Provisão para perda PIS/COFINS	54.039	18.373	-	
Provisão Derivação Clandestina	17.600	5.984	13.900	4.726
Provisão de seguros	1.053	358	1.053	358
Provisão para contingências e outras	8.008	2.780	1.273	433
Provisão – gastos com compensação ambiental	32.635	11.096	31.543	10.725
Provisão para bônus	16.941	5.760	17.117	5.820
	130.276	44.351	64.886	22.062
Imposto diferido passivo				
Imobilizado – Diferença taxa de depreciação societária x fiscal	(5.143.858)	(1.746.698)	(3.944.394)	(1.341.094)
	(5.143.858)	(1.746.698)	(3.944.394)	(1.341.094)
Saldo de imposto diferido líquido	(5.013.582)	(1.702.347)	(3.879.508)	(1.319.032)

Os valores de impostos diferidos passivos sobre o imobilizado se referem à diferença entre a depreciação fiscal e societária da malha de gasodutos e demais instalações da Companhia.

	2020	2021	2022	2023	Total
Recuperabilidade do imposto diferido ativo	-	-	-	44.351	44.351

Notas Explicativas**15.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social**

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.770.336	3.302.092
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal (34%)	<u>(1.281.914)</u>	<u>(1.122.711)</u>
	2.488.422	2.179.381
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões permanentes líquidas	(85.473)	(70.395)
Exclusões temporárias líquidas	(1.114.079)	(1.164.180)
Adições	<u>88.728</u>	<u>30.655</u>
(+) Provisão para bônus	11.862	12.038
(+) Provisão ambiental	2.899	2.776
(+) Provisão perda PIS/COFINS	54.039	-
(+) Condicionante ambiental	16.009	1.694
(+) Trepanação clandestina	3.700	9.800
(+) Outros	219	4.347
Exclusões	<u>(1.202.807)</u>	<u>(1.194.835)</u>
(-) Depreciação fiscal x societária	(1.180.147)	(1.171.858)
(-) Bônus	(12.038)	(7.023)
(-) Provisão ambiental	(7.831)	(13.754)
(-) Outros	(2.791)	(2.200)
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social ajustada	<u>2.570.784</u>	<u>2.067.517</u>
Imposto de renda e contribuição social	(874.067)	(702.666)
Desconto de patrocínios efetuadas (Lei Rouanet) + Outros	15.030	13.914
Imposto de renda e contribuição social correntes	(859.037)	(688.752)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(383.314)</u>	<u>(395.821)</u>
	<u>(1.242.351)</u>	<u>(1.084.573)</u>
Alíquota efetiva de IR e CS	32,95%	32,85%

Notas Explicativas

16. Provisão para compensação ambiental e condicionantes ambientais

16.1. Provisão para compensação ambiental

Refere-se a valores provisionados, no valor de R\$ 32.636 (R\$ 31.543 em 31 de dezembro de 2019), com base na Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que tem por objetivo garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e que serão dispendidos conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Ministério Público.

16.2. Provisão com condicionantes ambientais

O saldo registrado, no valor de R\$ 45.986 (R\$ 55.018 em 31 de dezembro de 2019), se refere a condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia, nos termos da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

A Companhia trata os eventos relacionados a estas condicionantes de acordo com os princípios do ICPC12 – Mudança em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares - e reconhece no ativo imobilizado a parcela correspondente (mensuração inicial e remensuração futura). Os gastos executados em atendimento às condicionantes são abatidos do valor da provisão e o ativo imobilizado correspondente está sendo amortizado, pelo método linear, em função do término das autorizações de operação dos gasodutos as quais as condicionantes estão vinculadas.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Agosto de 2020, estiveram presentes os acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social, que, conforme opinião favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 24 de julho de 2020, aprovaram por unanimidade e sem ressalvas a incorporação de parte da reserva de capital da Companhia ao seu capital social, em montante equivalente a R\$ 167.736, resultando no aumento do capital social da Companhia de R\$ 994.301 para R\$ 1.162.037 e aumento do valor nominal das ações da Companhia, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social. De forma imediatamente subsequente, aprovaram a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 653.325, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, por ser considerado excessivo diante das atividades desempenhadas pela Companhia, mediante restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, e redução do valor nominal da ação da Companhia para R\$ 0,22 (vinte e dois centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia. Transcorrido o prazo de 60 dias sem oposição por parte dos credores, a referida redução foi efetivada, passando o capital social de R\$ 1.162.037 para R\$ 508.712, totalmente subscrito e integralizado.

Notas Explicativas

17.2. Transações de capital

Refere-se às transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento do *leasing* financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Nordeste (NTN) e da Companhia e o encerramento do Consórcio Malhas, o *Leasing* da Petrobras com a NTS foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$1.360.199, registrado como transação de capital no patrimônio líquido.

Em agosto de 2020, parte da reserva de capital no montante de R\$ 167.736, foi incorporada ao capital da Companhia (na forma mencionada no item 17.1 acima), reduzindo o valor registrado como transação de capital no patrimônio líquido de R\$1.360.199 para R\$1.192.463.

17.3. Reservas de lucros

a) Reserva Legal

Constituída até o limite de 20% do capital social, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva só poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A Companhia poderá se eximir de constituição desta reserva desde que esta alcance o limite de 20% do capital social, mencionado no parágrafo anterior, ou a soma de seu saldo e o da reserva de capital exceda 30% do capital social.

b) Dividendos intercalares

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, a NTS distribuiu o total de R\$2.012.245 de dividendos correspondentes ao exercício corrente (R\$1.795.038 em 31 de dezembro de 2019) e um total de R\$105.251 referente a juros sobre capital próprio (R\$163.654 em 31 de dezembro de 2019). Tanto o pagamento dos dividendos quanto os juros sobre capital próprio foram aprovados pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração, de acordo com a opinião favorável do Conselho Fiscal.

c) Dividendos e JCP Pagos

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 248.003 Este montante foi pago no primeiro trimestre de 2020 juntamente com os dividendos antecipados de 2020, após a deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

Em março de 2020, foi pago o valor de R\$ 10.832 relativo ao provisionamento aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 7 de novembro de 2019, referente a juros sobre capital próprio relativo ao mês de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Em 01 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou a distribuição total de R\$ 566.008, sendo R\$ 540.921, referente a dividendos intercalares, e R\$25.088 referente a juros sobre capital próprio. Adicionalmente, foi aprovado a provisão de R\$ 6.462 referente a juros sobre capital próprio relativo ao mês de dezembro de 2020, a ser pago em 2021.

d) Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$ 345.815, com base no lucro líquido apurado no exercício de 2020 e em adição aos dividendos intercalares distribuídos aos acionistas em 2020. Os dividendos propostos serão mantidos na Reserva de Lucro até que sejam deliberados pelo Conselho de Administração.

Os quadros a seguir apresentam o cálculo dos dividendos propostos e a reconciliação do saldo registrado no passivo circulante a título de JCP a pagar.

	<u>2020(*)</u>	<u>2019(*)(**)</u>
Lucro líquido do exercício	2.527.984	2.217.519
(-) Dividendos intermediários no exercício	(2.012.244)	(1.795.038)
(-) JCP pagos no exercício	(105.251)	(163.654)
(-) JCP a pagar	(6.462)	(10.824)
(=) Lucro base para determinação do dividendo	404.027	248.003
Dividendos obrigatórios	-	-
Reserva de incentivos fiscais	(58.212)	-
Dividendos adicionais propostos	345.815	248.003

(*) A Administração optou por não constituir Reserva Legal sobre o lucro de 2020 e 2019, tendo em vista que os saldos combinados da Reserva de Capital e Legal registrados correspondem a 242% em 2020 (141% em 2019) do Capital Social subscrito e integralizado da Companhia, superando de forma substancial o limite de 30% previsto nos termos do parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76.

(**) Em função das distribuições intermediárias de dividendos realizadas pela Sociedade aos seus acionistas em 2020, os dividendos propostos permanecerão registrados na Reserva de Lucros até deliberação do Conselho de Administração.

<u>Reconciliação com o passivo circulante</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
JCP a pagar	6.462	10.833
IRRF sobre JCP	(171)	(287)
Saldo de JCP registrado no passivo	6.291	10.546

e) Reserva de incentivos fiscais

A NTS constituiu reserva de lucros sobre incentivos fiscais no montante de R\$ 58.212 decorrente de subvenção para investimento referente a apropriação de crédito de ICMS oriundo da opção pelo Convênio ICMS 106/96 que concede crédito de 20% do valor do ICMS devido para as empresas de prestação de serviço de transporte. Estes créditos foram contabilizados no resultado do exercício e mensalmente destinados para a reserva de incentivo fiscal, sendo excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo e juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício (em milhares de Reais)	2.527.984	2.217.519
Total de ações emitidas	<u>2.312.328.578</u>	<u>2.312.328.578</u>
Lucro básico e diluído por ação em Reais	1,09	0,96

18. Receita Líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de serviços	5.717.821	5.400.869
Encargos sobre serviços	(770.150)	(765.940)
Ajuste de tarifa	<u>(276.503)</u>	<u>(228.714)</u>
	<u>4.671.168</u>	<u>4.406.215</u>

19. Custo dos Serviços Prestados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depreciação e amortização	(383.783)	(340.046)
Serv. contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(22.915)	(33.438)
Operação e manutenção	(264.624)	(257.653)
Direito de passagem	(60.255)	(55.185)
Energia elétrica	(20.249)	(19.276)
Seguros	(14.348)	(13.551)
ICMS do gás utilizado no sistema	(4.830)	(9.985)
Custos ambientais	(1.088)	(801)
Serviços de consultoria	(8.627)	-
Treinamentos e seminários	(3.366)	-
Custos com pessoal	(30.869)	(9.869)
Outros custos	(8.578)	(3.978)

Notas Explicativas**20. Despesas gerais e administrativas**

	<u>(823.532)</u>	<u>(743.782)</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	(27.695)	(25.192)
Assessoria jurídica	(3.384)	(2.242)
Auditoria	(690)	(999)
Assessoria contábil	(1.745)	(1.657)
Consultoria	(3.267)	(965)
Patrocínios	(14.365)	(13.929)
Doações	(6.000)	-
Provisão/Reversão de Contingência	(3.430)	1.803
Manutenções de licenças	(1.553)	(1.440)
Recrutamento e seleção	(580)	(37)
Aluguéis e taxas	(1.168)	(1.243)
Serviços contratados	(3.384)	(2.248)
Despesas com escritório e outras	(3.973)	(6.439)
	<u>(71.234)</u>	<u>(54.588)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	30.436	60.712
Atualização monetária	30.549	5.714
Outras receitas financeiras	1.783	898
Total de receitas financeiras	<u>62.768</u>	<u>67.324</u>
Juros sobre financiamentos	(160.217)	(337.205)
Multas e juros	(3.112)	(3.350)
Impostos sobre resultado financeiro	(312)	(270)
Outras despesas financeiras	(6.514)	(8.759)
Total de despesas financeiras	<u>(170.155)</u>	<u>(349.584)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(107.387)</u>	<u>(282.260)</u>

Notas Explicativas

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.340)	(2.996)	(6.336)
Baixas (a)		2.394	2.394
Atualização monetária	125	(441)	(316)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.215)	(1.043)	(4.258)

(a) Refere-se a baixa do processo tributário (ISS) envolvendo a NTS e o Município de Silveiras, em decorrência de decisão final desfavorável proferida em juízo contra a NTS.

22.2. Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo não circulante		
Trabalhistas	8	17
Fiscais	16.647	17.681
Diversos	19	18
	16.674	17.716

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável de seus valores, não são reconhecidos, entretanto são divulgados. Causas com classificação remota não são objeto de qualquer divulgação destas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentados a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>		<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
	<u>Judicial</u>	<u>Administrativo</u>	<u>Judicial</u>	<u>Administrativo</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(44)	(96.845)	(13.033)	(51)	(109.973)
Novas causas	(1.083)	(5.556)	(16)	(52.813)	(59.468)
Atualização financeira	(22)	(2.174)	(362)	(1.171)	(2.729)
Baixas		415	-		415

Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.149)	(104.160)	(13.411)	(54.035)	(172.755)
----------------------------------	---------	-----------	----------	----------	-----------

As principais causas tributárias administrativas se referem a diversos processos administrativos movidos pela RFB e são relacionados à contestação de créditos fiscais utilizados pela NTS e não homologados pela autoridade fiscal, assim como relacionadas ao despacho decisório que glosou parcialmente os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL respectivamente, referente ao ano calendário de 2015. Essas principais causas totalizam R\$ 90.370 (R\$84.474 em dezembro de 2019).

As novas causas ambientais incluídas a partir de setembro de 2020 referem-se a processos de compensações ambientais em discussão entre o Órgão Ambiental e a NTS envolvendo os seguintes temas: (i) o percentual máximo que pode ser aplicado para o cálculo da compensação ambiental no âmbito do licenciamento relacionado ao GASCAR; (ii) o índice aplicável para fins de correção monetária da compensação ambiental devida nos âmbito dos licenciamentos relacionados ao GASCAR, GASTAU, GASPAJ e GASBEL II; e (iii) a data base para a aplicação da correção monetária no caso do da compensação ambiental no âmbito do licenciamento GASTAU.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

a) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos para fazer frente às suas obrigações operacionais e para pagamento de credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em CDBs com liquidez diária e renegociando (quando necessário) o prazo de vencimento de suas dívidas.

	2021	2022	2023	Total
Dívidas Financeiras*	168.230	106.801	5.233.249	5.508.280
Fornecedores	310.714	-	-	310.714

* As projeções das dívidas consideram o cenário provável da NE 23(e)

Notas Explicativas

b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras eventualmente utilizada pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer ativo ou passivo financeiro relevante denominado ou exposto a alguma moeda estrangeira.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controle de riscos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer instrumento derivativo em aberto.

c) Risco de crédito

Como parte do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre os acionistas da Companhia, descrito na Nota 2.1, a Petrobras e a NTS firmaram com o Banco Bradesco S.A. o Contrato de Administração de Contas Vinculadas visando a diversificação do risco de crédito da NTS em relação aos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) que detém com a Petrobras (cliente).

Os recebíveis da Petrobrás dados em garantia à NTS se referem aos depósitos feitos na conta vinculada por clientes da Petrobrás de baixo risco de crédito, oriundos de Contratos de Compra e Venda de Gás Natural (GSAs) nos quais a Petrobras atua como vendedora. Os depósitos realizados nesta conta garantem cobertura de no mínimo 120% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia, devidos pela Petrobras no âmbito dos GTAs, além de quaisquer taxas e tributos que possam ser deduzidos pelo Banco Bradesco a cada mês.

d) Análise de Sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade para instrumentos financeiros com risco de taxa de juros.

Instrumentos	Exposição	Risco	Provável (*)	Possível (Variação 25%)	Remoto (Variação 50%)
<u>Passivo Financeiro</u>					
Debêntures e empréstimos (**)	5.275.680	Alta do CDI	(108.230)	(135.204)	(161.550)
<u>Ativo financeiro</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	954.089	Queda do CDI	18.128	13.596	9.064

(*) Cenários projetados para 12 meses

(**) O valor das debêntures e empréstimos e os juros a incorrer/ encargos financeiros projetados desconsideram os custos com captação das dívidas

O cenário "Provável" foi calculado considerando-se uma taxa do CDI de 1,90%, aplicável à parcela flutuante da taxa de juros das dívidas e do saldo de caixa e equivalentes de caixa em

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2020. Os cenários “Possível” e “Remoto” consideraram variações de 25% e 50% respectivamente, sobre o CDI considerado no cenário “Provável”.

e) Estimativa a valor justo:

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Ativos financeiros (circulante e não circulante)	Nível	2020		2019	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
		2.050.978	2.050.978	1.749.005	1.749.005
Caixa e equivalentes de caixa	2	954.089	954.089	795.974	795.974
Contas a receber		961.240	961.240	861.142	861.142
Outras contas a receber		120.262	120.262	76.793	76.793
Depósitos vinculados		15.387	15.387	15.096	15.096
Passivos financeiros (circulantes e não circulantes)		5.586.394	5.586.394	5.497.594	5.497.594
Fornecedores		310.714	310.714	256.471	256.471
Debêntures e financiamentos		5.275.680	5.275.680	5.241.123	5.241.123

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia
- Nível 2 – para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior
- Nível 3 – para dados não observáveis para o instrumento em questão

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende, que por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Notas Explicativas

f) Movimentação dos passivos de fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Conforme requerido pela norma CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Debentures & Empréstimos	Saldo em 2019	Alterações Caixa			Alterações não Caixa			Saldo em 2020
		Recebidos/(Pagos) atividades financiamento	Pagamento de juros	Custos de captação	Dividendos e JSCP aprovados	Despesas de juros	Outros	
Debêntures - 2a emissão	5.241.123	-	(184.585)	-	-	156.319	1.947	5.214.804
CCB	-	60.000	-	-	-	876	-	60.876
Dividendos e JSCP	10.546	(2.376.331)	-	-	2.371.961	-	115	6.291
	5.251.669	(2.316.331)	(184.585)	-	2.371.961	157.195	115	5.281.971

24. Compromissos

a) Obrigações contratuais

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2020:

Classe de Contratos	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Aluguel de escritórios	3.464	2.580	1.596	1.621	1.174	10.435
Telecom & Impressoras	133	139	84	-	-	356
Serviços de compressão	4.661	4.852	1.259	-	-	10.772
Operação e manutenção	294.509	306.584	318.234	329.372	340.900	1.589.599
Uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos	72.354	75.320	78.182	80.919	83.751	390.526
Total	375.121	389.475	399.355	411.912	425.825	2.001.688

Notas Explicativasb) Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía oito apólices de seguro fiança locatícia para fazer face às garantias exigidas em seus contratos de locação que totalizavam R\$ 4.426 em limite indenizável, distribuídos da seguinte forma:

Local	Limite Indenizável
Praia do Flamengo, 19º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	902
Praia do Flamengo, 22º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.695
Praia do Flamengo, 23º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.590
Rod. Washington Luiz, 2500, Bl. B Salas 703 a 707, Duque de Caxias, RJ	60
Rua Adelelmo Piva, 36, Jardim Vista Alegre, Paulínia, SP	49
Est. Hélio Rosa dos Santos, 1000, salas 105 e 205, Imboassica, Macaé, RJ	39
Rua Messia Assú, nº 293, Itararé, São Vicente, SP	57
Rodovia BR 040, KM 800, salas nº 20, 21 e 22, Matias Barbosa, MG	34

Notas Explicativas

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia possui diversas apólices de seguros, dentre elas, Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil D&O, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil de Obras e Patrimonial.

A tabela a seguir sumariza as coberturas e vigências dos seguros contratados pela Companhia:

Tipo de seguro	Início de vigência	Término de vigência	Cobertura
Riscos operacionais e lucros cessantes	03/10/2020	03/10/2021	1.500.000
Responsabilidade civil geral	03/10/2020	03/10/2021	400.000
Riscos ambientais	03/10/2020	03/10/2021	300.000
Responsabilidade civil D&O	03/10/2020	03/10/2021	300.000
Responsabilidade civil profissional (E&O)	03/10/2020	03/10/2021	10.000
Proteção de dados e resp. cibernética (Cyber)	03/10/2020	03/10/2021	15.000
Fraude corporativa (Crime)	03/10/2020	03/10/2021	5.000
Patrimonial (escritório)	27/11/2020	27/11/2021	11.000
Risco de engenharia (CCO)	15/09/2020	31/04/2021	9.082
Total			2.550.082

Os prêmios de seguros pagos em relação às apólices de seguros são registrados no ativo como despesas antecipadas e são apropriadas proporcionalmente ao resultado em função da vigência das apólices.

A tabela a seguir sumariza os montantes registrados na data-base 31 de dezembro de 2020 e 2019 a título de despesas antecipadas:

Descrição	2020	2019
Riscos Operacionais e Lucros Cessantes	7.690	6.719
Responsabilidade civil Geral	1.470	1.477
Riscos Ambientais	968	974
Responsabilidade Civil D&O	647	647
Seguros corporativos	563	573
Total de seguros	11.338	10.390
Outras despesas antecipadas	419	317
Total	11.757	10.707

Notas Explicativas

26. Evento subsequente

Em 19 de janeiro de 2021 a agência classificadora de risco de crédito Fitch Ratings reafirmou o *rating* corporativo nacional de longo prazo e o *rating* da segunda emissão de debêntures da Companhia em “AAA(bra)”, com manutenção da perspectiva estável. O relatório da Fitch está disponível para consultas em <https://ri.ntsbrasil.com>.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição intercalar de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia no valor de R\$ 827 milhões, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal. A distribuição foi concluída no dia 11 de março de 2021.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Nova Transportadora do Sudeste S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Debêntures não conversíveis

A Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações no exercício de 2018, com oferta pública de distribuição, as quais tiveram garantia pelo Banco Itaú S.A., BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Bradesco BBI S.A. Essas debêntures totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 5.214.805 mil. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, as debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento de índices financeiros, apurados trimestralmente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e dos eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras e liquidez da Companhia no caso de não atingimento dos índices financeiros a serem apurados.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles desenhados e implementados pela Companhia relacionados ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritivas; (ii) avaliação do tratamento contábil adotado pela administração com base nos fatos e circunstâncias observados nos documentos relacionados; (iii) avaliação da metodologia de cálculo dos índices estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; e (iv) avaliamos os cálculos elaborados pela administração.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações efetuadas na Nota Explicativa nº 13 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração:
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Diogo Afonso da Silva

Contador CRC-1RJ114783/O-8

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, inciso III da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e emitem, por unanimidade, o presente Parecer favorável, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada nesta data.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021.

Débora Nogueira Messias de Miranda

Haydee Senna Rodrigues Freitas

Marcello Del Raso Alvarado Davis

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores